Nº 504 • ANO XLV
FEVEREIRO 2016 • MENSAL • €1,50

Revista da ARMADA

1116

A RAINHA TARASIA

NRP *VASCO DA GAMA*
25 ANOS

VISITA DO MINISTRO
DA DEFESA NACIONAL

GÉNESE DA
POLÍCIA MARÍTIMA

FOTOGRAFIAS

ANTIGAS, INÉDITAS OU CURIOSAS

Foto gentilmente cedida por Miguel Silva Machado

O helicóptero *Lynx* em operação de recolha do transdutor após *dipping*.

SUMÁRIO

02 Fotografias Antigas, Inéditas ou Curiosas

04 Strategia 19

09 25º Aniversário da Entrega das Fragatas Meko 200

10 Exercício *Felino*

12 Allied Maritime Command (MARCON)

15 Academia de Marinha

17 1116. A Rainha Tarasia

24 O CDIACM — A Arquivística na Marinha

26 CNOCA. 66º Festival Náutico

28 Estórias (19)

29 Vigia da História (81)

30 Novas Histórias da Botica (50)

31 Saúde para Todos (32)

32 Desporto

33 Quarto de Folga

34 Notícias Pessoais / Saibam Todos / Convívio

CC Símbolos Heráldicos

NRP *VASCO DA GAMA* 25 ANOS 06

14 VISITA DO MINISTRO DA DEFESA NACIONAL

A GÉNESE DA POLÍCIA MARÍTIMA 21

Capa
Estátua da Rainha D. Teresa, em Ponte de Lima
Foto SCH M Costa Caridade

Anunciantes
LISSA — AGÊNCIA DE DESPACHOS E TRÂNSITOS, LDA.

Revista da ARMADA

Publicação Oficial da Marinha
Periodicidade mensal
Nº 504 / Ano XLV
Fevereiro 2016

Revista anotada na ERC
Depósito Legal nº 55737/92
ISSN 0870-9343

Diretor
CALM Carlos Manuel Mina Henriques

Chefe de Redação
CMG Joaquim Manuel de S. Vaz Ferreira

Redatora
1TEN TSN- COM Ana Alexandra G. de Brito

Secretário de Redação
SMOR L Mário Jorge Almeida de Carvalho

Desenho Gráfico
ASS TEC DES Aida Cristina M.P. Faria

Administração, Redação e Publicidade
Revista da Armada- Edifício das Instalações Centrais da Marinha- Rua do Arsenal
1149-001 Lisboa- Portugal
Telef: 21 159 32 54
Fax: 21 193 84 69

E-mail da Revista da Armada
revista.armada@marinha.pt
revistaarmada.secretaria@marinha.pt

Paginação eletrónica e produção
MX3 Artes Gráficas, Lda.

Tiragem média mensal
4000 exemplares

Preço de venda avulso: € 1,50

Strategia 19

FUNÇÕES DO PODER MARÍTIMO

Um dos aspetos mais interessantes de boa parte das estratégias marítimas é a identificação de um conjunto de funções, que sistematizam os principais contributos do poder marítimo para a segurança, o bem-estar e a prosperidade das nações.

A primeira importante conceptualização deste género, na era moderna, deve-se ao Almirante Stansfield Turner que, em 1974, identificou as quatro funções (Turner chamou-lhes missões) da *US Navy*: controlo do mar, projeção de força, presença naval e dissuasão estratégica. De então para cá, este elenco foi sendo atualizado, nomeadamente em 1986, 1992, 1994, 2007 e 2015, conforme ilustrado pela tabela que acompanha este artigo. Como se pode ver, as únicas duas funções que estiveram sempre presentes foram o controlo do mar e a projeção de força, normalmente as duas funções nucleares do poder marítimo de qualquer nação.

Focando, agora, a atenção na mais recente estratégia marítima americana ("*A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower – Forward, Engaged, Ready*", que aqui foi apresentada no mês passado), as funções do poder marítimo aí elencadas são:

- Acesso em todos os domínios
- Dissuasão
- Controlo do mar
- Projeção de força
- Segurança marítima

Gostaria de destacar três aspetos: a inclusão da novíssima função de acesso em todos os domínios; a manutenção da segurança marítima no núcleo do poder marítimo norte-americano; e a exclusão da função de assistência humanitária e resposta a catástrofes como função autónoma.

Começo pela função de acesso em todos os domínios, que é uma das principais novidades desta estratégia marítima. Já se deu conta nestas páginas (em maio de 2014), da preocupação suscitada nos EUA com a adoção, por parte de alguns países (incluindo a China e a Rússia), de modalidades de ação destinadas a evitar ou a atrasar o acesso a determinadas áreas de operações. Entre os analistas americanos, convencionou-se designar essas modalidades de ação por *Anti-access/Area Denial* (Anti-acesso/Negação de Área), referindo-as habitualmente pelo acrónimo A2/AD. A elevada prioridade concedida pelos EUA à capacidade de projetar poder em áreas onde o acesso é contestado justifica que se tenha consagrado uma nova função de acesso em todos os domínios. Segundo o documento, o "acesso em todos os domínios é a capacidade para projetar a força militar em áreas contestadas, com liberdade de ação suficiente para poder operar efetivamente".

De acordo com o Diretor da Divisão de Estratégia e Política Naval da *US Navy*, Almirante William McQuilkin, esta nova função visa organizar, treinar e equipar as forças americanas para manter a liberda-

de de ação em todos os domínios: mar, ar, terra, espaço, ciberespaço e, ainda, espetro eletromagnético. Nessa linha, a nova função é decomposta em cinco elementos: conhecimento do espaço de batalha, Comando e Controlo efetivos, operações no ciberespaço, Guerra de Manobra Eletromagnética [do inglês *Electromagnetic Maneuver Warfare* (EMW)] e fogos integrados.

A criação do conceito de Guerra de Manobra Eletromagnética é outra interessante novidade deste documento, combinando operações no espaço, no ciberespaço e no espetro eletromagnético, com outras capacidades avançadas não-cinéticas, visando obter vantagens no combate. Ou seja, as guerras espacial, cibernética e eletrónica são consideradas como decisivas para o sucesso nos conflitos do futuro, sendo abarcadas num conceito único (Guerra de Manobra Eletromagnética), que enfatiza uma postura ofensiva de utilização do espaço, do ciberespaço e do espetro eletromagnético. Neste quadro, esta nova estratégia marítima americana acrescenta o espetro eletromagnético ao conjunto de domínios da guerra, equivalendo-o ao mar, ar, terra, espaço e ciberespaço (sendo que este último também só muito recentemente passou a ser considerado como um domínio autónomo).

Título do documento	"*Missions of the US Navy*" (1974)	"*The Maritime Strategy*" (1986)	"*... From the sea*" (1992)	"*Forward ... from the sea*" (1994)	"*A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*" (2007)	"*A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*" (2015)
Funções do poder marítimo			Resposta a crises			
		Transporte marítimo	Transporte marítimo	Transporte marítimo		
	Controlo do mar	Controlo do mar	Controlo do mar	Controlo do mar	Controlo do mar	Controlo do mar
	Projecção de força	Projecção de força	Projecção de força	Projecção de força	Projecção de força	Projecção de força
	Presença naval		Presença naval	Presença naval	Presença naval	
	Dissuasão estratégica		Dissuasão estratégica	Dissuasão estratégica	Dissuasão estratégica	Dissuasão estratégica
					Assistência humanitária e resposta a catástrofes	
					Segurança Marítima	Segurança Marítima
						Acesso em todos os domínios

Evolução das funções do poder marítimo americano

O segundo destaque do novo elenco de funções do poder marítimo norte-americano é a manutenção da função de segurança marítima, que fora, pela primeira vez, incluída nesse grupo em 2007, na "*Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*". Nessa altura, essa inclusão refletiu a importância (cada vez mais evidente) da manutenção de um clima de segurança no mar, protegendo o tráfego marítimo e mitigando ameaças como a pirataria, o terrorismo, a proliferação de armamento, a imigração ilegal, as traficâncias e outras atividades ilícitas. Aliás, traduzindo a importância da matéria, os EUA já tinham promulgado, em setembro de 2005, uma estratégia de segurança marítima (intitulada "*The National Strategy for Maritime Security*"), a qual reconheceu que a segurança do país dependia da utilização segura dos oceanos. Foi, assim, com toda a naturalidade que a estratégia marítima de 2007 acrescentou essa nova função e que a estratégia de 2015 manteve a segurança marítima como uma das funções essenciais do poder marítimo americano.

O terceiro aspeto a destacar, no tocante às funções do poder marítimo americano, é a eliminação da assistência humanitária e resposta a catástrofes, como função autónoma. A estratégia de 2007 tinha promovido a assistência humanitária e resposta a catástrofes ao estatuto de função essencial dos serviços marítimos americanos, refletindo a importância dessas missões, tanto quando executadas de forma proativa e deliberada, como no âmbito da resposta a crises ou catástrofes. Curiosamente, de 2007 para cá, a realidade tem confirmado a utilidade do poder marítimo americano (e não só) em apoio humanitário e intervenção pós-catástrofe, nomeadamente nos casos do terramoto que sacudiu o Haiti em 2010, do sismo e tsunami que afetaram o Japão em 2011 e do furacão que varreu as Filipinas em 2013. Contudo, ao contrário da segurança marítima, a assistência humanitária e resposta a catástrofes perdeu o estatuto de função autónoma, passando a ser considerada como uma componente da projeção de força. Obviamente, isso não significa que os serviços marítimos norte-americanos vão deixar de se empenhar em tarefas deste âmbito, mas não deixa de ser, em minha opinião, um sinal errado. Com efeito, embora as marinhas não existam para este tipo de missões, a realidade é que a sua consecução ocupa um papel cada vez mais central na respetiva edificação e organização, devendo isso mesmo ser refletido nas respetivas conceptualizações. Até porque as alterações climáticas têm vindo a provocar um aumento na frequência e na severidade dos desastres naturais, com particular incidência no litoral, sendo que as forças navais possuem características distintivas (como a prontidão, a mobilidade e a flexibilidade), que as tornam extremamente úteis nessas situações.

Gostaria de terminar esta análise, abordando o caso nacional. Portugal é um país caracterizado pela descontinuidade territorial, em que os arquipélagos dos Açores e da Madeira têm sido historicamente fustigados por frequentes catástrofes naturais. Dessa forma, o desempenho de missões humanitárias está no código genético da Marinha Portuguesa, com a História a registar atuações altamente elogiadas após os sismos que abalaram os Açores em 1980 e em 1998, no resgate das vítimas do acidente aéreo junto ao aeroporto de Santa Maria em 1989, e na assistência à população da Madeira depois do aluvião de 2010. Além disso, Portugal tem, em diversos momentos, disponibilizado as capacidades da sua Marinha para o alívio do sofrimento de outras populações, alvo de tragédias humanitárias. Sem ir muito atrás no tempo, basta recordar o apoio prestado, em dezembro de 2014, após a erupção do vulcão da Ilha do Fogo (Cabo Verde) e as diversas missões de socorro a náufragos que procuravam atravessar o Mediterrâneo em direção à Europa, em 2014 e 2015. Esses exemplos (bem como os outros acima referidos) evidenciam que a assistência humanitária e a resposta a catástrofes não devem ser encaradas como uma espécie de bónus que as marinhas disponibilizam para apoio à proteção civil, quando necessário e quando os meios navais não estão empenhados noutras tarefas. Elas devem ser encaradas como missões essenciais e prioritárias do poder marítimo, pois contribuem para o alívio do sofrimento humano em caso de catástrofe, tanto natural como causada pelo homem, e proporcionam, no plano externo, ganhos diplomáticos extraordinários junto das populações afetadas.

Sardinha Monteiro
CFR

18 DE JANEIRO

Completam-se nesta data os 25 anos de entrada ao serviço do NRP *Vasco da Gama*.

Podemos chamar *Vasco da Gama* a avenidas, pontes ou edifícios, mas é em navios que encontramos melhor forma de evocar Vasco da Gama. Por isso, este aniversário é indissociável do lastro simbólico do mais conhecido dos nossos ilustres navegadores. Os seus feitos no mar estão intimamente ligados à nossa identidade e marcam a história da globalização e mesmo da humanidade. Mas também marcam o Dia da nossa Marinha, cuja história continua a ser a história dos nossos navios, das suas missões e das suas guarnições.

Iniciava-se em 1 de outubro de 1987 a construção da *Vasco da Gama*. Quando, em 18 de janeiro de 1991, o navio foi aumentado ao efetivo dos navios da Armada, era eu aspirante do 5º ano da Escola Naval. 24 anos depois, é uma honra e um profundo orgulho ser o seu atual e décimo comandante.

Esta classe de navios permitiu, há 25 anos, a renovação da "coluna dorsal" da Esquadra com novos e modernos meios, com capacidades tecnologicamente avançadas e que até então a Marinha não dispunha. Representou um alento renascido, numa altura em que as fragatas da classe *João Belo* estavam a completar 25 anos de serviço, iam sendo abatidos os draga-minas da classe *S. Roque*, com cerca de 35 anos de serviço, e, a partir de 1992, se concretizava uma significativa redução de pessoal. De facto, a vinda das *Vasco da Gama* constituiu um desafio de inovação, que obrigou a implementar novos processos e procedimentos, quer na operação e manutenção desses meios, quer nas estruturas e organismos de apoio e sustentação. Fomentou uma significativa melhoria organizacional, com efeitos transversais a toda a Marinha, pelo que a nossa cultura organizacional foi aperfeiçoada, dando expressão ao *talant de bien faire* da nossa Marinha.

É interessante lembrar que, desde o início da sua construção nos estaleiros *Blohm und Voss*, em Hamburgo, até à sua entrega em 18 de janeiro de 1991, Tim Berners-Lee inventava a Word Wide Web, o embrião do atual ciberespaço e que hoje constitui um dos domínios das operações militares; caía o muro de Berlim a 9 de novembro de 1989, e a reunificação da Alemanha tornava-se realidade, em 3 de outubro de 1990. Não deixa também de ser curioso recordar que, na véspera do aumento ao efetivo, se iniciava a operação *DESERT STORM*, em resposta à invasão do Kuwait pelo Iraque. Nos primeiros anos da *Vasco da Gama*, o contexto internacional era marcado pela hegemonia tecnológica dos Estados Unidos da América, que contrastava com a dissolução da União Soviética e do bloco de Leste, dando azo ao fim, ou adormecimento, da Guerra Fria, e também a sucessivas e contínuas reduções dos orçamentos de defesa na maior parte dos países europeus.

Cerca de um ano após a sua chegada, o NRP *Vasco da Gama* integrou a Força Naval Permanente da NATO no Atlântico Norte (01jan/14abr de 1992), abreviadamente designada na altura como STANAVFORLANT, na esteira de participações regulares desde 1969, mas dessa vez permitindo igualar, ou até superar, em termos de capacidades, os outros navios estrangeiros daquela força naval criada em 1967.

Pouco tempo depois, o conceito de emprego operacional das fragatas da classe *Vasco da Gama* tornava-se uma realidade. Incluía o regresso da aviação naval, multiplicando de forma significativa a capacidade combatente do navio, pela integração do helicóptero orgânico *Lynx Mk95*. Este acontecimento ocorreu aquando da segunda participação do navio na STANAVFORLANT (10fev/22jul de 1995), em que, pela primeira vez, foram instaladas e exploradas comunicações militares por satélite, e, ainda pela primeira vez, a nossa Marinha teve, a partir de 6 de abril de 1995, um Almirante a comandar a STANAVFORLANT, sendo a *Vasco da Gama* o seu primeiro navio-chefe. E é tanto mais significativo o facto de ter ocorrido em simultâneo o seu empenhamento na operação SHARP GUARD no Mar Adriático. Estava pois demonstrada a capacidade da nossa Marinha em providenciar o comando de forças navais combinadas, circunstância que veio a acontecer por mais três ocasiões naquele ano.

Mas não foi só no apoio à política externa do Estado ou na defesa coletiva que as fragatas *Vasco da Gama* foram instrumentos credíveis. Também na proteção dos interesses nacionais foi patente a sua prontidão, designadamente na operação CROCODILO/FALCÃO, na evacuação de cidadãos nacionais da Guiné-Bissau, em que a *Vasco da Gama* foi o navio-chefe da força naval portuguesa. Ou ainda na participação na INTERFET, em Timor-Leste, em 1999 e 2000.

Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América, e da invocação, pela primeira vez na história da NATO, do Artigo 5º do Tratado de Washington, foi lançada a operação ACTIVE ENDEAVOUR, no Mediterrâneo. Esta circunstância coincidiu com a assunção, por parte de Portugal, do comando da STANAVFORLANT, em que a *Vasco da Gama* novamente foi navio-chefe. A operação ACTIVE ENDEAVOUR perdura até hoje, e, embora o conceito de operações tenha evoluído, contribuiu também para o enfoque para as operações de segurança marítima, designadamente, contra a pirataria no Golfo de Áden e no oceano Índico ao largo do Corno de África, onde decorrem as operações OCEAN SHIELD da NATO e ATALANTA da União Europeia.

De facto, nos últimos 25 anos sucederam-se acontecimentos que, por diversas vezes, determinaram alterações das circunstâncias no contexto internacional, político e social. No ambiente de segurança e defesa, muitos deles acabaram por ser claras surpresas, quer na forma de "choques estratégicos", quer até com "inovações disruptivas". Por isso mesmo, foram formulados diversos

conceitos estratégicos da NATO, e ainda sucessivos conceitos estratégicos de defesa nacional. E para todos eles as fragatas da classe *Vasco da Gama*, pela sua versatilidade, têm garantido opções e capacidades militares de resposta.

Na verdade, a finalidade ou missão principal de uma fragata continua a ser a escolta e a luta antissubmarina (ASW). E o ambiente operacional atual e emergente confirma esta circunstância, que se afasta do (quase) exclusivo enfoque nas "maritime security operations" dos últimos anos, designadamente, as operações de contra pirataria, por parte das marinhas europeias. O recente exercício de alta visibilidade da NATO, o TRIDENT JUNCTURE 2015, vem recentrar a importância do ASW... e, é claro, com novos papéis para as forças navais, designadamente as modernas fragatas de defesa área, no apoio ao *Ballistic Missile Defence*. Na segunda metade do ciclo de vida das *Vasco da Gama*, este será um dos desafios determinantes para estes navios: sustentar uma capacidade combatente credível ou que traduza alguma mais valia a uma força naval, que no mínimo não dispensará uma "mentalidade combatente".

A vinda das fragatas da classe *Vasco da Gama*, há 25 anos, permitiu criar uma capacidade de adaptação e inovação na Marinha perante um mundo em mudança. O "centro de gravidade" dessa capacidade de adaptação e inovação constitui hoje a atual cultura e estrutura de treino operacional existente na Marinha. E para ela foram decisivas as participações das fragatas no treino operacional no *Flag Officer Sea Training* (FOST), no Reino Unido.

Por conseguinte, na segunda metade do ciclo de vida das *Vasco da Gama*, o treino operacional continuará a ser o aspeto crítico para manter uma "mentalidade combatente", "visando conferir competências e capacidade para atuar em situações de risco e incerteza típicas do combate armado", como é referido no EMFAR a propósito do ensino e formação.

No período de 20 de abril a 4 junho de 2015, o NRP *Vasco da Gama* voltou a participar, agora pela 7ª vez, no treino do FOST, constituindo a 23ª participação nacional no *Portuguese Operational Sea Training* (POST). O programa de treino operacional no FOST é sempre uma experiência única e marcante para uma guarnição e, em especial, para o seu comandante. Esta participação no POST foi a primeira para cerca de 60% da guarnição e, por essa razão, a expetativa era imensa. Logo ao início do treino o *Commander Mobile Sea Training* referiu-me: *the train is for you, for your people*. Por isso, o POST é um ponto de partida para poder ser capaz e estar pronto, treinando em todo o espetro de ameaças e riscos, para o combate de alta intensidade no seio de uma força naval.

O objetivo primeiro do treino é atingir e manter os padrões de prontidão estabelecidos para o navio. Significa manter as capacidades combatentes do navio, significa melhorar o desempenho individual e das equipas de forma a incrementar a eficiência operacional do navio, quer isoladamente, quer integrado em força naval. É esse o centro de gravidade na perspetiva de quem recebe o treino, em especial, do comandante do navio.

Durante o treino é feito o alinhamento de incidentes na "Batalha Interna" com a "Batalha Externa", permitindo emular o caos, a fricção, o stresse, intrínsecos ao combate, para despoletar nos processos de comando e controlo as inerentes dificuldades, dúvidas, desafios, dilemas, com que as equipas se irão defrontar. Com o treino no FOST, aprendemos a conhecer os nossos limites e testamo-los continuamente na procura de melhoria e progresso, a gerir o cansaço, o tempo, as expetativas, a motivar para ganhar, a respeitar a equipa, cada elemento da equipa e a nós próprios.

Após terem cumprido as seis semanas intensas e desafiantes do POST, cada um dos elementos da guarnição reconhece de forma evidente a diferença do "nosso navio", antes e depois do treino no FOST. Na verdade, o que apreendemos é que o "nosso navio" não é apenas um "navio", mas O NOSSO NAVIO, e não há outro de que gostemos mais. O aspeto decisivo que se apreende no FOST é que o "nosso navio" é um navio de guerra*, is a warship*, como disse o Captain South, do FOST. Dispõe de capacidade combatente para assegurar tarefas de defesa militar. Que é, aliás, a missão primeira da nossa Marinha.

O treino é, pois, um momento para consolidar a compreensão e sentido dos deveres militares, porque o "nosso navio" é um navio de guerra e em última instância teremos que ser e estar preparados para o que menos se quer e espera. *Be prepared for the unwanted and unexpected*. Várias vezes ouvi esta expressão durante o POST. É isso que o País também espera da nossa Marinha. Contando com as fragatas da classe *Vasco da Gama*, tal como nos últimos 25 anos.

Neves Rodrigues
CFR
Comandante do NRP VASCO DA GAMA

25º ANIVERSÁRIO DA ENTREGA DAS FRAGATAS MEKO 200

CERIMÓNIA

Coincidindo com o aniversário do NRP *Vasco da Gama* e presidida pelo ALM CEMA/AMN, realizou-se, a 18 de janeiro, a cerimónia de celebração do vigésimo quinto aniversário da entrega à Marinha dos navios da classe *Vasco da Gama*.

Estiveram presentes, para além dos Comandantes e militares das primeiras e das atuais guarnições dos três navios, diversos convidados, de que se destacam o General CEMGFA, a Dra. Maria Cavaco Silva (madrinha do NRP *Álvares Cabral*), os Drs. Figueiredo Lopes, Silveira Godinho e Eugénio Ramos (antigos Secretários de Estado) e, ainda, anteriores Chefes do Estado-Maior da Armada.

Usou da palavra o primeiro Comandante do NRP *Vasco da Gama*, CMG Themes de Oliveira, relembrando, de forma sucinta, o que foram os primeiros momentos da preparação e receção dos navios. No final, fez a entrega ao ALM CEMA/AMN da primeira Bandeira Nacional içada no navio, há 25 anos, em Hamburgo.

O VALM Alexandre da Fonseca, na qualidade de Diretor da Revista de Marinha, ofereceu ao atual Comandante, CFR Neves Rodrigues, uma aguarela do navio, da autoria de Fernando Lemos Gomes.

Em seguida, o ALM CEMA/AMN presenteou os convidados de honra com a medalha comemorativa, da autoria do CMG Valente Zambujo.

Na sua alocução, o ALM CEMA/AMN salientou a importância desta classe de navios, verdadeiro motor das profundas mudanças que, a todos os níveis, a Marinha veio a desenvolver. Referiu ainda que "Portugal e a sua Marinha orgulham-se do sucesso que constituiu a aquisição e operação das fragatas da classe *Vasco da Gama*, pelo que, hoje homenageamos todos os que permitiram a obtenção destes navios, todos os que ao longo destes 25 anos permitiram obter deles o maior rendimento e, neste grupo, homenageamos especialmente os comandantes e guarnições que ao longo destes anos levantaram bem alto o nome de Portugal e da sua Marinha. A todos em nome da Marinha, as minhas felicitações e um sentido BEM HAJAM".

A cerimónia terminou com um Porto de Honra e o corte do bolo de aniversário.

Foto SMOR Almeida Carvalho

Fotos 1SAR A Ferreira Dias

EXERCÍCIO *FELINO*

Os exercícios da série FELINO têm como objetivos exercitar uma Força Tarefa Conjunta e Combinada (FTCC) constituída no âmbito dos países da CPLP e incrementar a interoperabilidade das suas Forças Armadas (FA).

O FELINO 15 decorreu entre 7 e 18 de setembro de 2015, na região de S. Jacinto, Aveiro, integrando elementos e unidades de Portugal, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste e a finalidade principal foi treinar a organização, o planeamento e o comando e controlo de operações AP e AH, em resposta a uma crise e com um mandato da ONU. Os objetivos específicos foram:

– Treinar a interoperabilidade entre as FA da CPLP, desenvolvendo e harmonizando conceitos, terminologias, documentação e procedimentos;
– Utilizar as novas estruturas da Direção do Exercício (DIREX) e do Estado-Maior (EM) da FTCC, acordadas no âmbito da CPLP;
– Estabelecer e manter o fluxo de informações entre as unidades participantes;
– Estabelecer e manter o Comando e Controlo entre o Comando da FTCC e os Comandos das Componentes subordinadas;
– Treinar os elementos do Sistema de Forças das FA Portuguesas no âmbito dos seus objetivos de treino específicos.

Foram envolvidos 733 militares dos nove países, tendo as delegações estrangeiras assumido funções nas várias células na DIREX e no EM da FTCC.

A FTCC foi composta por unidades conjuntas (Comando e EM da FTCC, com elementos do EM da Força de Reação Imediata (FRI) 2015 e da FRI 2016 e militares da CPLP; o Destacamento de Cooperação Civil-Militar (CIMIC) e o Destacamento de Apoio, que integrou a Componente de Operações Especiais (SOCC), unidades da componente naval (MCC) (uma corveta e uma companhia de fuzileiros), da componente terrestre (LCC) da FRI 2015 (um batalhão a duas companhias de paraquedistas e uma companhia de comando e apoio) e componente aérea (ACC) (um C-130 e dois F-16). O exercício desenvolveu-se de acordo com o seguinte calendário:

– 7/8 de setembro – integração dos participantes/testes às Comunicações e Sistemas de Informação (CSI).
– 9/10 de setembro – adaptação ao planeamento operacional pelas delegações, correspondendo no exercício à Fase Projeção da FTCC.
– 11/13 de setembro – planeamento operacional, correspondendo, de acordo com o cenário, à Fase Posicionamento da Força.
– 14/16 de setembro – condução da operação, correspondente à Fase de Assistência (AP e AH) com forças no terreno (FT/LIVEX).
– 17/18 de setembro – avaliação e identificação de lições identificadas do exercício. No dia 18 realizou-se o Dia de Visitantes Ilustres (DVI), com a demonstração das principais atividades desenvolvidas.

O cenário geral, preparado em Timor-Leste aquando do FELINO 14, descrevia um país africano, da região subsaariana, desagregado por confrontos étnicos, sociais, económicos e políticos, ao longo de várias gerações, que provocaram a sua subdivisão, bem como migrações de populações.

Após vários confrontos de violência extrema, que originaram massacres e degradação das condições de vida e subsistência da população, o Conselho de Segurança das Nações Unidas mandatou a Força Multinacional de Segurança da CPLP para intervir ao abrigo do capítulo VI da Carta das Nações Unidas e executar uma operação AP/AH. Deste modo, a FTCC planeou a operação, difundindo as correspondentes Ordens Preparatória e de Operações.

Fotos SAJ FZ Horta Pereira

Foram executadas as seguintes tarefas:

– O MCC garantiu a segurança do campo de deslocados, o controlo do porto, o apoio ao fornecimento da ajuda e a neutralização das comunicações do grupo armado insurgente, assegurando a liberdade de movimentos e a segurança dos deslocados.
– O LCC garantiu a segurança de um dos campos de deslocados, a liberdade de movimentos e a segurança de itinerários e apoio na Ajuda Humanitária.
– O ACC, eliminada a ameaça antiaérea, garantiu o apoio aéreo às ações das operações especiais e da companhia de fuzileiros, o lançamento da companhia de paraquedistas, o lançamento de cargas para Ajuda Humanitária e a evacuação médica.
– O destacamento de apoio, através das operações especiais, efetuou reconhecimento e ações diretas, desarticulando o grupo armado e neutralizando a ameaça antiaérea.
– O destacamento CIMIC apoiou a mediação entre os beligerantes, bem como as organizações no terreno na instalação dos campos de deslocados.
– O DVI contou com a presença dos Chefes do Estado-Maior das Forças Armadas da CPLP e respetivos Diretores de Política de Defesa e teve como objetivo demonstrar as principais atividades treinadas.

A cerimónia de encerramento do FELINO 15 foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Portugal, que procedeu à "passagem de testemunho" para Cabo Verde, país organizador do FELINO 16.

No seu discurso o General CEMGFA referiu que o FELINO 15 contribuiu para o reforço dos laços de cooperação entre os países participantes e considerou que "as Forças Armadas dos países da CPLP poderão desempenhar um papel de maior relevo no quadro da Segurança e Defesa, sob a égide das Nações Unidas, contribuindo para a manutenção da paz e para a estabilidade global".

Colaboração do ***COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES - EMGFA***

ALLIED MARITIME COMMAND

(MARCOM)

Durante a cimeira da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) ocorrida em Lisboa (Lisbon NATO Summit 2010), foi decidido efetuar uma reorganização dos quartéis-generais da estrutura de comando (NATO Command Structure), donde resultou a criação do Allied Maritime Command (MARCOM), passando a constituir-se, desde 1 de dezembro de 2013, o único comando operacional naval da OTAN, originando a extinção do Maritime Component Command (MCC) de Nápoles (Itália).

O MARCOM situa-se em Northwood (Reino Unido), no quartel-general onde, antes da supramencionada reestruturação, se localizava o MCC Northwood. Nesta sequência torna-se óbvio que o MARCOM seja o organismo OTAN onde existe a maior delegação nacional, permanente, da Marinha fora do território nacional.

O MARCOM é um dos cinco comandos operacionais subordinados ao comando estratégico das operações (ACO, Allied Command Operations), também conhecido como SHAPE (Supreme Headquarters Allied Powers Europe), situado em Mons (Bélgica), responsável por planear e conduzir todas as operações militares da OTAN. O SHAPE é comandado pelo SACEUR (Supreme Allied Commander Europe), oficial general de 4 estrelas norte-americano. O outro comando estratégico da OTAN é o ACT (Allied Command of Transformation), situado em Norfolk (EUA), responsável por liderar todos os processos relacionados com transformação das estruturas militares, capacidades e doutrinas de forma a melhorar a eficiência e interoperabilidade da Aliança.

Os outros 4 comandos de nível operacional são os comandos conjuntos JFC Brussum (Joint Force Command), na Holanda, e JFC Nápoles (Itália), o comando aéreo (AIRCOM) em Ramstein (Alemanha) e ainda o comando terrestre (LANCOM) em Izmir (Turquia).

O MARCOM é comandado por um Vice-almirante da Royal Navy, tendo na sua dependência direta, e co-localizados no mesmo quartel-general, o único comando OTAN de submarinos (COMSUBNATO, Commander Allied Submarines NATO), o único comando aéreo marítimo (COMMARAIR, Commander Allied Maritime Air NATO) e ainda o Centro de Coordenação da Navegação Mercante (NSC, NATO Shipping Centre).

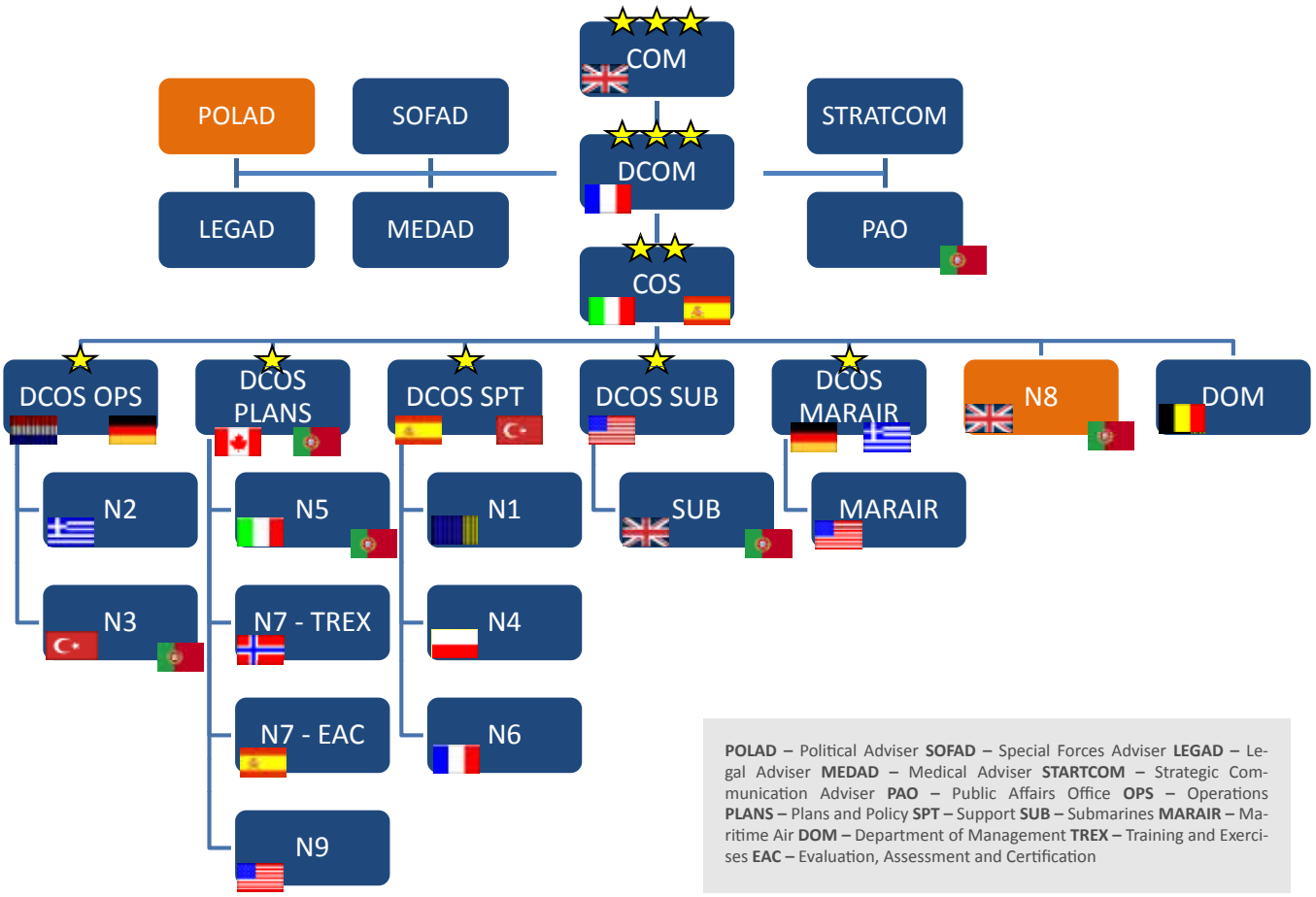
O MARCOM tem como missão planear e garantir o comando e controlo (C2) na condução de todas as operações marítimas da OTAN, ou assumir as funções de comando operacional conjunto (JHQ, Joint Headquarters) de uma operação conjunta de pequena escala, predominantemente marítima. Em apoio ao cumprimento da sua missão, o COMSUBNATO é responsável pelo emprego operacional e respetivo C2 dos submarinos sob controlo operacional (OPCON, operational control) da OTAN. Adicionalmente, o COMSUBNATO tem a função de SUBOPAUTH (Submarine Operational Authority) coordenador relativamente aos SUBOPAUTH nacionais, como é o caso do Comando Naval. Com funções bastante semelhantes, o COMMARAIR é responsável pelo emprego operacional e respetivo C2 dos meios aéreos de patrulha marítima (MPA, Maritime Patrol Aircraft, e MPH, Maritime Patrol Helicopters) sob OPCON OTAN. O NSC é responsável por aconselhar e assistir os movimentos da navegação mercante nas áreas de operações, aplicando o conceito NCAGS (Naval Cooperation and Guidance for Shipping), de forma a garantir a sua segurança e desconflituando, em simultâneo, com a condução das operações militares.

Presentemente, o MARCOM conduz as operações Ocean Shield (OOS), de combate à pirataria no golfo de Áden e bacia da Somália, e Active Endeavour (OAE), de combate ao terrorismo marítimo no mar Mediterrâneo e aproximações ao estreito de Gibraltar. Adicionalmente, o MARCOM tem tido uma forte participação na implementação das medidas de reafirmação da OTAN na sequência da crise na Ucrânia (IAM, Immediate Assurance Measures), pelo facto das forças aeronavais terem sido as primeiras a ser empregues neste contexto face à sua elevada flexibilidade e mobilidade.

Em termos de forças atribuídas, o MARCOM tem sob o seu OPCON quatro forças navais permanentes (SNF, Standing Naval Forces), duas constituídas por escoltas oceânicos (SNMG1 e SNMG2, Standing Naval Maritime Group) e outras duas constituídas por draga e caça-minas (SNMCMG1 e SNMCMG2, Standing Naval Mine Counter Measures Group).

Estas forças, tal como outros meios aeronavais atribuídos à OTAN, são empregues na condução das operações anteriormente mencionadas (OOS, OAE), bem como nos mais diversos exercícios OTAN e multinacionais que ocorrem ao longo do ano, muitos dos quais planeados e conduzidos pelo próprio MARCOM.

A entidade dentro do MARCOM responsável por garantir a condução das operações marítimas OTAN, tal como exercer o



POLAD – Political Adviser **SOFAD –** Special Forces Adviser **LEGAD –** Legal Adviser **MEDAD –** Medical Adviser **STARTCOM –** Strategic Communication Adviser **PAO –** Public Affairs Office **OPS –** Operations **PLANS –** Plans and Policy **SPT –** Support **SUB –** Submarines **MARAIR –** Maritime Air **DOM –** Department of Management **TREX –** Training and Exercises **EAC –** Evaluation, Assessment and Certification

C2 das forças atribuídas, é o Centro de Operações Marítimas (MOC, Maritime Operations Centre), que funciona permanentemente, a um ritmo de turnos, 12 horas cada, cuja constituição inclui militares do COMSUBNATO, COMARAIRNATO e NSC.

De forma a cumprir a sua missão, o MARCOM tem uma guarnição aprovada de 302 militares e civis, pertencentes a 22 países (OTAN e nações parceiras), os quais estão distribuídos por 12 divisões, integradas em 6 diretorias (operações, planos, submarinos, patrulha marítima, conselheiros especiais e apoio). A delegação nacional é constituída por 8 elementos, 5 militares permanentes, 1 militar em partilha com o Canadá em cada 3 anos e 2 civis.

O militar não permanente é um oficial general da Marinha que ocupará (2015-2018) o cargo de Deputy Chief Of Staff Plans (DCOS PLANS), chefiando as divisões de Planos e Políticas (N5), Treino e Exercícios (NTREX), Avaliação e Certificação (NEAC) e a de Cooperação Civil-Militar (N9). Os 5 militares permanentes são 3 capitães-de-fragata nas divisões de operações (N3), planos e políticas (N5) e COMSUBNATO, 1 sargento na divisão N5 e 1 praça no COMSUBNATO. Quanto aos civis, um ocupa um cargo no gabinete de relações públicas e outro na divisão de finanças (N8).

Os militares portugueses, para além das funções atinentes ao respetivo cargo, fazem parte de inúmeros grupos de trabalho funcionais (internos e externos), aumentando de forma significativa as exigências diárias. Como exemplos temos o grupo de planeamento da operação da OAE, que requer, periodicamente, a visita ao navio-chefe das SNMG's, antes e no final da sua participação na operação; o grupo de coordenação marítima, no qual são tomadas todas as decisões de cariz operacional relacionadas com as operações sob C2 do MARCOM; e o grupo de planeamento operacional marítimo, responsável pela elaboração dos conceitos de operações e planos operacionais.

Adicionalmente, os referidos militares podem ainda ser empregues como oficiais de ligação em outros comandos OTAN, por períodos que podem ir até 3 meses; embarcarem em estados-maiores embarcados ou em terra; tal como em grupos de controlo de exercícios da responsabilidade da OTAN.

O facto do MARCOM ter-se tornado o único comando marítimo da OTAN, herdando assim todas as responsabilidades e incumbências do antigo MCC Nápoles, fez com que assumisse a função de único conselheiro marítimo, não só para o seu comando superior (SHAPE), mas como para toda a organização, fazendo com que todos os cargos existentes neste comando tenham tanto de aliciante como de exigência, e ainda de imprevisibilidade, tendo em conta o surgimento repentino de diversas crises regionais, nas quais a componente marítima está presente, desde o seu início, face à sua elevada flexibilidade e mobilidade.

No último semestre de 2015, Portugal assumiu o comando da SNMG1 entre junho e dezembro, sendo a primeira vez que tal ocorreu sob o Controlo Operacional do MARCOM. Não obstante esta tarefa ser rotineira para o MARCOM, acarretou para a delegação portuguesa mais um desafio, pois foi necessário garantir que todo o apoio operacional e administrativo foi providenciado.

*Colaboração da **DELEGAÇÃO PORTUGUESA NO HQ MARCOM NORTHWOOD***

VISITA DO MINISTRO DA DEFESA NACIONAL À MARINHA

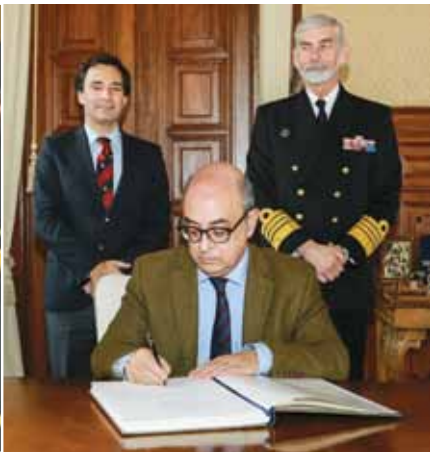
Fotos 1SAR A Ferreira Dias

O Ministro da Defesa Nacional, Prof. Doutor Azeredo Lopes, visitou no dia 12 de janeiro a Marinha.

Nesta primeira visita oficial, o Ministro da Defesa Nacional e o Secretário de Estado da Defesa Nacional, Dr. Marcos Perestrello, foram recebidos na BNL pelo ALM CEMA/AMN.

A visita incluiu a prestação de Honras Protocolares com 19 salvas, a partir do NRP Jacinto Cândido, o brífingue sobre a missão, meios e capacidades da Marinha, a mostra de uma exposição estática do Comando do Corpo de Fuzileiros, do Agrupamento de Mergulhadores e do Instituto Hidrográfico, no hangar da Esquadrilha de Submarinos, e uma visita ao NRP *Viana do Castelo*.

Sublinhando a excelência no desempenho das suas missões, o MDN elogiou a "capacidade de a Marinha se readaptar e ser capaz de manter os níveis constantes de prestígio e de representação do Estado Português", a que se seguiu a assinatura do Livro de Honra.



ACADEMIA DE MARINHA

Despedida do Conselho Académico

Mandatado para o triénio 2013-2015, o Conselho Académico despediu-se formalmente em 15 de dezembro. Nas palavras que proferiu, o Presidente, ALM Nuno Vieira Matias, começou por agradecer à Marinha, "por ter criado, há 37 anos, esta Academia e por ter sabido mantê-la intacta, isto é, com a mesma sustentação conceptual, inscrita nas leis e regulamentos", e ter assegurado a sua independência académica e sustentação logística.

Agradeceu também a todas as pessoas e instituições que acompanharam, participaram e deram a sua colaboração à Academia, nomeadamente a Academia Portuguesa da História, a Academia das Ciências de Lisboa, a Sociedade de Geografia de Lisboa, o Instituto de Cultura Europeia e Atlântica, a Comissão Portuguesa de História Militar, a Academia de Letras de Trás-os-Montes, a Universidade Católica, a Universidade Nova, a Universidade Aberta, a Escola Superior Náutica Infante D. Henrique e a Associação dos Oficiais da Reserva Naval.

Expressou aos membros do Conselho Académico um agradecimento muito especial, "pelo esforço voluntário, enorme e de grande qualidade que fizeram em prol da Academia", e à guarnição dirigiu "um agradecimento aos oficiais, sargentos, praças e civis, os quais, constituindo um pequeno efetivo, desempenharam as suas tarefas com grande espírito de missão".

Endereçou ainda "um agradecimento muito sincero aos membros do próximo Conselho Académico, recentemente eleitos, por se terem disponibilizado para darem continuidade à vida desta Academia", afirmando estar "certo que a qualidade do grupo liderado pelo ALM Vidal Abreu (…) é garantia de um excelente desempenho".

Fazendo o balanço da atividade da Academia de Marinha ao longo da sua presidência, o ALM Vieira Matias referiu que, além das quatro dezenas de sessões culturais anuais, com mais de 300 oradores, e dos eventos em associação com entidades congéneres, foram realizados quatro simpósios de história marítima, três exposições de artes plásticas e sete concursos para atribuição – a trabalhos de investigação histórica e científica – dos prémios *Almirante Sarmento Rodrigues* e *Almirante Teixeira da Mota*.

Na área da divulgação, referiu a edição das atas dos simpósios, das memórias da Academia e de mais dois volumes da História da Marinha, a criação do portal digital, a recolha e publicação de testemunhos diretos sobre a história recente da Marinha nos conflitos em África, Índia e Timor, e o apoio dado à edição das obras do académico John P. Cann, em inglês e em português.

"A Academia de Marinha deverá constituir a base daquilo a que se poderia chamar de 'cluster' do conhecimento do mar", disse. Quando no XIV Simpósio de História Marítima, em novembro passado, se evocou "o salto que demos para lá do mar costeiro, ao irmos até Ceuta, em 1415", esteve-se, "de certa forma, a elaborar sobre uma situação com semelhanças à atual. O território de Portugal estava confinado a um pequeno espaço", mas hoje "voltámos a ter apenas um pequeno território emerso, atualmente de pouco mais de 90 mil quilómetros quadrados, e estamos limitados, em muitos aspetos". O Presidente enfatizou que temos agora uma grande oportunidade, com "direitos soberanos sobre uma enorme plataforma continental, o fundo do nosso mar, até às 200 milhas". Na expectativa de que esse fundo passe em breve de 1,7 para 4 milhões de quilómetros quadrados, sublinhou, "é um imenso Portugal novo que temos de conquistar, não apenas na ONU, o que esperamos aconteça no próximo ano, mas, sobretudo, em termos científicos, tecnológicos, económicos e de segurança".

Na sua reflexão final, o Almirante Vieira Matias afirmou ser este o novo desafio para Portugal, "a nossa Ceuta do século XXI (…) que de novo temos de conquistar. A Academia de Marinha está nessa armada".

A assistência homenageou o Conselho Académico com uma forte ovação em pé, expressando o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido em prol da Academia.

A sessão terminou com um Porto de Honra.

Almirante Vieira Matias condecorado

Em 8 de janeiro, em cerimónia que antecedeu a tomada de posse dos novos membros do Conselho Académico, o ALM CEMA/AMN, ALM Macieira Fragoso, condecorou o Presidente cessante, ALM Vieira Matias, com a medalha naval de Vasco da Gama, conferida pela "excelência e relevância do trabalho produzido (…) na superior condução das iniciativas da Academia de Marinha, considerando que da sua ação resultou valioso contributo para a promoção da cultura naval bem como um contributo de excelência para a divulgação e prestígio da Marinha".

Foto 1SAR A Ferreira Dias

Posse dos membros do Conselho Académico para o triénio 2016/2018

Em 8 de janeiro, em cerimónia presidida pelo ALM CEMA/AMN, teve lugar na Biblioteca Teixeira da Mota a tomada de posse dos titulares dos cargos estatutários da Academia de Marinha para o triénio 2016/2018, eleitos em 17 de novembro de 2015 na Assembleia dos Académicos convocada para o efeito.

Os titulares dos cargos estatutários para o triénio 2016-2018 são os seguintes:

ALM Francisco Vidal Abreu, Presidente; Embaixador João de Deus Ramos, Vice-presidente, Classe de História Marítima; CALM Luiz Augusto Roque Martins, Vice-presidente, Classe de Artes, Letras e Ciências; CMG Herlander Valente Zambujo, Secretário-geral; Prof. Doutor Vítor Conceição Rodrigues, Secretário da Classe de História Marítima; Dr. Paulo Judá da Silva Santos, Secretário da Classe de Artes, Letras e Ciências.

No seu discurso de tomada de posse, depois de agradecer a presença do Almirante CEMA/AMN, dos representantes das instituições congéneres e demais convidados, o Presidente Francisco Vidal Abreu expressou satisfação por assumir as novas funções e agradeceu aos membros do Conselho Académico a disponibilidade com que anuíram ao seu convite para o integrar. Manifestou o seu empenho em assegurar cabalmente a missão da Academia no estudo e divulgação da história marítima e das artes, letras e ciências ligadas ao mar, salientando a intenção de promover o rejuvenescimento dos seus quadros.

Agradeceu ainda a todos os membros do Conselho Académico cessante, "pela obra que souberam construir e pela solidez com que a revestiram, tornando mais fácil a sua continuação, embora com pensamento próprio", e a "toda a guarnição da Academia de Marinha, militares e civis, pela dedicação e pelo apoio que deram, e que certamente continuarão a dar, à nova equipa diretiva".

A finalizar, o Presidente dirigiu-se ao Almirante CEMA/AMN afirmando que "pode contar sempre com a Academia de Marinha para o ajudar a pensar problemas específicos ligados ao mar, que caibam no seu âmbito, se assim o entender, e que tudo fará para honrar a divisa desta Academia – *Por mares nunca de outro lenho arados* –, onde o nosso Luís de Camões tão bem ilustra que a vontade pode superar a força, e que a descoberta não tem que estar necessariamente ligada ao acaso".

O ALM CEMA/AMN, no uso da palavra, reconheceu "a qualidade do trabalho desenvolvido nos últimos anos pela Academia de Marinha, na divulgação do saber e do conhecimento do mar, promovendo a excelência e cultivando a autonomia científica", tendo conseguido "agregar um alargado conjunto de eminentes personalidades académicas, militares e civis, conferindo à Academia de Marinha o lustre e reconhecimento académico dos interlocutores científicos e culturais da nossa sociedade". Dirigindo-se ao Presidente e aos restantes membros do Conselho Académico, disse "estar certo de que esta era uma equipa coesa e de elevadíssima competência", e que dele "emanarão as orientações que levarão a Academia a demandas de indiscutível qualidade e inovação, na conquista do merecido espaço de referência". Referiu ainda que a história e geografia exigem que Portugal "se vire cada vez mais para o espaço de oportunidade que é o mar, (…) vetor essencial ao desenvolvimento nacional". Nesse quadro, disse que "esta Academia continuará a manter acesa a vontade de se afirmar como catalisador do conhecimento do mar, promovendo iniciativas conducentes à divulgação e enriquecimento do nosso património histórico, científico e artístico com ele relacionados. Só dessa forma, será imaginável transformar em realidade o desiderato, dilatando, em simultâneo, o conhecimento do mar e o prestígio da Marinha e de Portugal".

Foto 1SAR A Ferreira Dias

A terminar, exortou a Academia de Marinha a sublimar a sua divisa, *por mares nunca de outro lenho arados*, continuando a expandir os estudos relacionados com o mar e com as atividades marítimas, afirmando toda a sua disponibilidade e apoio.

A cerimónia terminou com a apresentação de cumprimentos e felicitações ao Presidente e demais membros do Conselho Académico.

Colaboração da ***ACADEMIA DE MARINHA***

1116

A RAINHA TARASIA

E OS 900 ANOS DE PORTUGAL

Razão de ordem

É uma tarefa assaz difícil, desafiante contudo, fazer uma apreciação histórica, ainda mais necessariamente resumida, de uma das figuras centrais da história da Península Ibérica de finais do Séc. XI e princípios do Séc. XII, não obstante ter reinado, e governado, no Condado Portucalense por mais de 30 anos, até àquela manhã de 24 de Junho de 1128, em que Portugal teve, reconhecida e formalmente, o seu Rei Afonso I, Henriques, filho de Henrique, aclamado pelos seus barões no campo de batalha, bem ao modelo das antigas tradições monárquicas visigóticas, depois da marcante vitória em S. Mamede. Tareja[1] foi um nome importantíssimo nos primórdios da construção do Estado Português, sendo, no entanto, inexplicavelmente, uma figura algo secundarizada, pouco estudada até, por sucessivas gerações de historiadores.

Este humilde contributo visa, na brevidade que o espaço concede, fazer uma referência histórica à primeira rainha de Portugal, e à sua intervenção para se construir, há 900 anos, a terra Portucalense, e Portugal.

Tarasia, que terá nascido em 1087, e faleceu a 1 de Novembro de 1130, era descendente de Pelayo, 1º rei das Astúrias (718-737), de Ordoño II, Rei de Leão, de Vimara Peres (fundador de Guimarães no séc. IX), e descendente directa da condessa Mumadona Dias de Guimarães, e de Gonçalo Mendes, conde de Portucale (avô de Elvira Mendes, rainha de Leão e mulher de Afonso VI). Era 3ª filha, e ilegítima, do *imperator* Afonso VI, neta de Fernando, o Magno, e bisneta de Sancho III (Ximenes), Rei de Navarra. Tinha na sua ascendência, pois, todas as grandes linhagens da realeza e alta aristocracia da Reconquista.

D. Henrique – *comite Enric* – terá nascido há 946 anos, crê-se que em 1070. Era filho de Henrique, *Le Demoiseau,* e neto do 1º duque da Borgonha, Roberto, o Velho – irmão do rei Henrique I de França –, senhores de vastos domínios que abrangiam as abadias de *Vézelay, Cluny e La-Charité-Sur-Loire,* sendo, portanto, bisneto de Roberto II, o Pio, Rei de França e descendente da linha de Hugo Capeto, rei de França, e de Hugo, Conde de Paris (895-956). Pelo seu outro costado, Henrique

era parente em linha próxima de Hugo, *Le Grand,* Abade de Cluny, e de Godofredo II, de Semur.

Ambos tinham, portanto, uma anciã e ilustríssima ascendência real.

Em 1095, D. Henrique casa com D. Teresa, recebendo de Afonso VI o Condado Portucalense, sendo que, como se afere pelo documento de Arouca de 18 de Dezembro daquele ano – referido por Frei António Brandão –, Henrique é considerado *"in Colimbria Comes Henricus",* em reconhecimento do seu valor e coragem durante a ofensiva almorávida. Aliás, foi o desaire militar (sucessivos, até) de seu primo Raimundo da Borgonha durante 1095 que levaram o rei leonês a conceder

a Henrique todos os territórios na altura cristãos a sul do Minho. Em 1097, Henrique já subscreve documentos e concessões como governador *"desde o Minho até ao Tejo",* tendo já, nesse ano, estrutura senhorial e condal consistente em Guimarães, sendo mordomo-mor D. Paio Soares da Maia[2] e alferes-mor D. Nuno Pais[3].

Uma avaliação minimamente cuidada a qualquer mapa dos Reinos e Nações ibéricas do início do Séc. XII demonstra, com grande clareza, que os limites do Condado Portucalense – com as suas fronteiras-sul a Norte de Santarém e a Este em S. João de Tarouca e Seia – e as tenências externas de si dependentes como Zamora e Astorga, era mais vasto, em território, que o Reino da Galiza, o Reino de Navarra, Reino de Aragão e o Reino/Condado da Catalunha. Por aquele tempo, apenas Leão seria mais vasto, o que diz bem da importância estratégica das terras portucalenses, tanto mais que as suas fronteiras mais remotas eram bem mais a Sul do que qualquer dos outros reinos ibéricos. Aliás, já em finais do Séc. XI, existia, em terras do Condado, uma aristocracia anciã de raiz e ascendência visigótica muito sustentada em 13 famílias de grande poder senhorial: Ribadouro, Moniz, Viegas, Soeiro Pais, Sousa, Trutesende, Bragança, Baião, Mendes da Maia, Soares Velho, Lanhoso, Bravães e Pombeiro.

O *Comite Enric.* O Condado, e os processos político-militares e eclesiásticos

Em 1087, o Conde Raimundo de Borgonha[4] viajou para Leão com o seu cunhado, o duque da Borgonha (irmão mais velho de D. Henrique), para prestar homenagem a D. Constança, que era tia deles; Raimundo ter-se-á comprometido maritalmente, aí, com Urraca, que tinha apenas 7 anos.

D. Henrique era da linha ducal da Casa da Borgonha, enquanto que Raimundo era da designada linha condal.

No comparativo histórico, existe uma interessante afinidade comum entre as casas reais de Portugal e da Inglaterra, que tem origem na casa real francesa, porquanto William (coroado rei em 1066, após Hastings) era filho ilegítimo de Roberto, duque da Normandia e de uma camponesa – tendo-lhe sido deixado o ducado pelo pai, decisão que teve o beneplácito de Henrique I, rei de França –, tendo casado com Matilde, filha de Baldwin, conde da Flandres, neta do rei de França; o 1º rei de Inglaterra morreu aos 60 anos, em 1087, e está enterrado na abadia em Caen, na Normandia, como era seu desejo. No tempo histórico, faleceu 8 anos antes do Condado Portucalense ser formalmente entregue a D. Teresa e a D. Henrique. É possível – dir-se-á, até, provável – que, atenta a proximidade de Henrique e William com a Casa Real francesa, em especial com Henrique I, e tendo sido contemporâneos em suas vidas pelo menos durante 17 anos – 1070-1087 –, ambos se tenham encontrado, ou mesmo convivido, algures na corte do rei francês.

Há documentos que provam que D. Henrique começa a possuir autoridade efectiva em territórios importantes como Coimbra desde 18 de Dezembro de 1095. Há, portanto, **920** anos. O seu poder sairia reforçado com a nomeação de Geraldo de Moissac, da ordem de Cluny, como bispo de Braga (desde 23 de Novembro de 1097), sendo aquele alto dignitário eclesiástico originário do mosteiro de *La Charité,* na Borgonha, em domínios possuídos pela sua família ducal.

D. Henrique e D. Teresa, *"servos de Deus",* outorgaram uma carta de couto à catedral de Braga e concederam ao bispo, D. Maurício, todos os direitos que se pagavam ao fisco real dentro do seu limite territorial, voltando, mais tarde, a conceder nova doação à Sé de Braga a 21 de janeiro de 1117.

Guimarães passaria a ser a 1ª cidade do Condado Portucalense recebendo tal privilégio numa data que se situa entre 1095-1096. Aliás, 1095 é o ano do casamento de D. Teresa com D. Henrique, e a concessão do Condado Portucalense foi feita, como defende a melhor doutrina, a título hereditário, devendo passar por morte do titular a filhos e netos. Há documentos datados de 1097 que têm merecido a discussão de se avaliar se o Condado foi dado como *tenência hereditária* ou *senhorio hereditário*[5], em qualquer dos casos não amovível.

D. Henrique terá assinado 17 diplomas reais enquanto Afonso VI era vivo, e na maior parte deles, surge D. Teresa como filha do rei e esposa do conde D. Henrique, *"regis filia et Henrici comitis uxor".*

Há um pacto sucessório, o Pacto de Sucessão, subscrito entre D. Henrique e D. Raimundo perante Dalmácio Geret – enviado especial de Hugo, primaz da Abadia de Cluny à Península – em 1105 (os investigadores situam-no entre 1095 e 1107), o que viria a ocasionar, anos mais tarde, a exigência feita por Diego Gélmirez a D. Urraca para que esta respeitasse os direitos sucessórios definidos. Em tal pacto era prometido a D. Henrique a cidade de Toledo e uma terça parte da sua riqueza (se o ajudasse a conseguir Leão e Castela). Alternativamente, prometia-lhe a Galiza. Esta oferta era lógica e coerente perante a política territorial da época, uma vez que os condes de Portugal já detinham, em *continuum,* poder desde o "Minho até ao Tejo".

Variadíssimos indícios existentes apontam, contudo, para uma actuação astuta na política territorial de Portugal e seus domínios, como por exemplo o documento de 25 de Abril de 1109, em Oviedo, em que se qualifica D. Henrique como *tenente* de Tineo (povoação asturiana que pertenceu ao conde Muño Cannis, descendente de Jimena Muniz, mãe da infanta D. Teresa). Outra forma de prosseguir, com determinação, a autonomização para com a monarquia leonesa, foi a doação do mosteiro de Lorvão à Sé de Coimbra (29 de julho de 1109), intensificando, assim, uma política eclesiástica com uma acção de defesa dos territórios limítrofes (e também a carta de couto – de 25 de março de 1110 – a Tibães, a Pedro Mendo e a Paio Peres, ascendentes do futuro arcebispo de Braga, D. Paio Mendes), o que tinha uma relação directa com um apoio claro, e expresso, às sés episcopais portuguesas consagradas por Roma (Braga, Coimbra, Lamego e Viseu). Também no reforço da identidade das vilas e das cidades houve um intenso trabalho estratégico-político; o foral do Sátão, provavelmente um dos 3 mais antigos de Portugal, foi concedido a 9 de Maio de 1111.

A 21 de Julho de 1110, confirmaram carta de couto à Sé de Viseu, e, a 29 de Outubro, D. Teresa confirma um documento em que renova à Sé de Braga, na pessoa do bispo D. Maurício, o feudo que o seu bisavô, Afonso V de Leão, havia concedido à Igreja. Ocorre acção similar, a 18 de Abril de 1120, aquando da doação do feudo do burgo do Porto ao bispo D. Hugo, e seus sucessores, decidida *"com o consenso do meu filho Afonso, e das minhas filhas Urraca e Sancha".* Finalmente, a 27 de Maio de 1127, poucos anos antes da sua morte, doa o mosteiro do Vimeiro (perto de Braga) à Ordem de Cluny, na presença do tesoureiro D. Stephane, confirmado pelo infante Afonso Henriques e pelo arcebispo de Braga. Seria este o primeiro momento, aliás, em que a rainha usa o célebre monograma com o trevo de 4 folhas.

A 26 de Outubro de 1111[6], Urraca foi derrotada na batalha de Candespina, povoação próxima de Sepúlveda, pertencente ao conde Gomes Gonçalves (amante da rainha), que havia de ser morto pelo próprio D. Henrique, o que não contribuiu para as boas relações entre ambas as infantas. Mais tarde, D. Henrique romperia o acordo com o rei aragonês e unir-se-ia, de novo, a Urraca.

A 20 de Dezembro de 1111, o rei Afonso confirma num documento que D. Henrique, marido de D. Teresa, se intitulava *"conde de Zamora, Astorga bem como em Portugal",* domínios que, então, juntamente com outras vilas e cidades galegas, eram pertençam de D. Teresa. Urraca já tinha, aliás, decidido ceder-lhe os domínios de Zamora, Palência e outros territórios que estavam fora do domínio nuclear de Portugal.

D. Henrique morreu em 1112 (eventualmente entre 24 de Abril e 22 de Maio).

Pouco antes, a 1 de Março de 1112, D. Teresa e o marido doaram propriedades ao conde Fruela Diáz e à condessa Estefânia (que era da casa real aragonesa), proprietários em Astorga.

A governação de Tarasia. De princesa a *rainha*

Nasceu, quase por certo, de uma conjugação de 3 factores o facto da rainha Urraca ter concedido à Infanta Teresa, sua irmã, um vastíssimo e amplo território de mais de 22 cidades e praças em território leonês, entre as quais estavam Zamora, Salamanca, Portillo, Ávila, Ribera, Talavera e Cória: a necessidade de sedentarizar populações e criar mais hipóteses de defesa na guerra contra os mouros a Sul de Coimbra – concedendo à irmã novos territórios e, portanto, dando-lhe a capacidade

de obter mais meios materiais e humanos –, assegurar, por outro lado, a cooperação dos condes portucalenses evitando que estes apoiassem as pretensões aragonesas e, ainda, ultrapassar uma fase especialmente sensível em termos político-militares em que D. Urraca estava, claramente, em perda – em especial desde a morte de Afonso VI –, sendo notória a progressiva fragilidade da sua autoridade régia.

Tarasia, estava, em definitivo, envolvida no processo político norte-ibérico com a irmã Urraca, promovendo conflitos regionais, e fomentando autoridades dispersas nas aristocracias terra-tenentes, bem no seio das monarquias leonesa e castelhana.

Em finais de 1114, Maurício Burdino, arcebispo de Braga, conseguiu do Papa Pascoal II as pretensões de Braga sobre as dioceses de Astorga e Coimbra[7], anulando os direitos do arcebispo de Toledo sobre Braga[8], e confirmando à Igreja minhota o estatuto pretendido de sede arquiepiscopal, pela famosa Bula *Sicut Injusta Poscentibus,* de Dezembro de 1114.

Quando, em 27 de Março de 1112, a rainha Urraca faz uma importante doação à Catedral de Oviedo, inclui a expressão *"infanta D. Teresa, minha irmã",* o que constitui um reconhecimento jurídico de grande importância e que era revelador que a partilha da herança de Afonso VI estava, ainda, em discussão.

Depois de vencer Urraca no sítio do Sabroso, o Papa Pascoal II enviou carta a D. Teresa, em 18 de Junho de 1116, dirigida à *"rainha D. Teresa".* Ora, sabendo-se do cuidado que, nos finais do Séc. XI e nos alvores do Séc. XII, a Santa Sé incutia aos aspectos da relação com as realezas, não parece lícito concluir que aquele tratamento seria, tão só, uma dignidade coloquial concedida a uma princesa filha de rei. Anos mais tarde, o arcebispo Gelmírez, de Santiago de Compostela, em 1127, dirige-lhe uma carta em que a trata por *"Venerável rainha",* a propósito do destino dos corpos de Afonso VII e da irmã Sancha.

Em Maio de 1117, a propósito de uma doação a Soeiro Guterres (Arazede, actual Montemor-o-Velho), D. Teresa utiliza – segundo alguns pela primeira vez – o título de rainha *"regina Tarasia de Portugal".* Existem, contudo, outros documentos – 1114[9] – em que já eram utilizadas formas similares àquela, como sejam *"Domna Tarasia imperante Portugal",* havendo sobre tais títulos a leitura de que eram actos em que transparecia o exercício de reinar em terras portucalenses, até porque a prima rainha Urraca sabia – e eventualmente assumiria – isso, e não apenas ser aquela uma mera alusão a se tratar de uma *infans* filha de *rex-imperator*[10]. Este é, aliás, um assunto que tem suscitado profundos estudos e análises até do foro jurídico-institucional, sendo fundamental atentar nos superiores contributos de Alexandre Herculano, Paulo Merêa, Marcello Caetano e Espinosa Gomes da Silva, bem como os humildes contributos que o autor aduziu em 2007.

De uma forma ou de outra que se pretenda avaliar e interpretar a assunção do título, a sua existência terá, historicamente, na forma e na *praxis,* 900 anos, e configura, institucionalmente, a emanação de poder de um monarca, sendo ainda revelador de um exercício de uma *auctoritas* política e territorial própria, não obstante ter toda a envolvente própria da Reconquista e da construção das Nações ibéricas.

D. Henrique, embora tenha casado em 1095 com D. Teresa, somente utilizou o título de conde em 1098, aparecendo mais tarde, em sucessivas referências, como *"conde de Portugal e de Coimbra".* D. Teresa, como é sabido aliás, usou pouco este título (condessa), porquanto, ao abandonar o uso do título de "infanta", passou a intitular-se "rainha de Portugal". Há vários documentos em que – por exemplo em doações várias – Tarasia se refere aos destinatários tratando-os como *vassalos,* como no caso da doação a Adosinda Gonçalves, elemento histórico que não pode deixar de ser revelador. Toda a política de D. Teresa foi, inclusive, representativa de um contexto de poder próprio de um *regnum* e da legitimidade que dele emana, corporizada em privilégios a sedes episcopais, fixação de feudos monásticos, doações a membros da aristocracia, amparo dos habitantes de núcleos urbanos, entre outras manifestações de *auctoritas.* Também na formalidade e na *praxis* dos actos, Tarasia foi rainha.

Dr. Luís da Costa Diogo
Chefe do Gabinete Jurídico da DGAM

N.R. *O autor não adota o novo acordo ortográfico.*

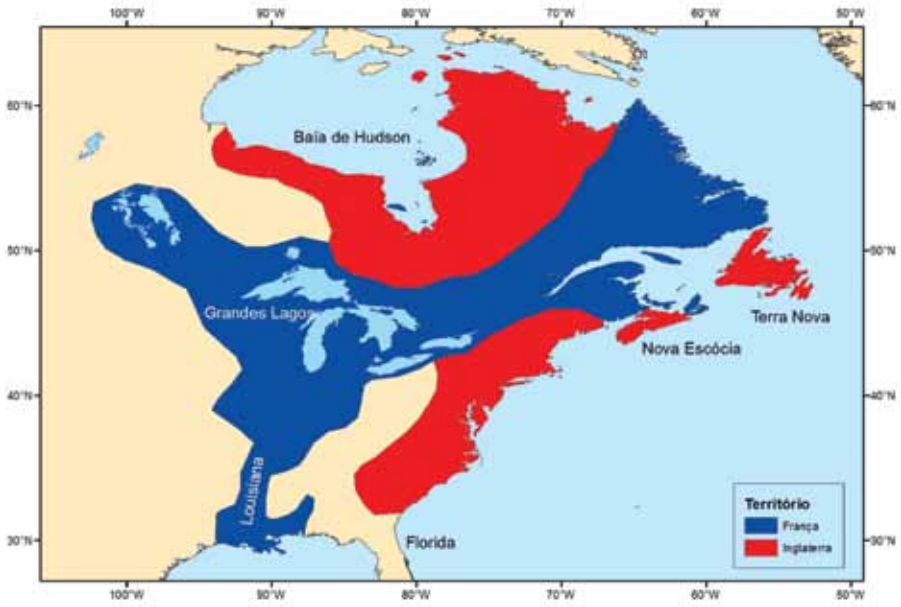
Notas

[1] Nome que consta de documentos medievais, figurando, também, como Tarasia.
[2] *"Pelagio Suariz, maiordomo da casa de illes comes confirmo."*
[3] *"Nunnu Pelaiz armiger comes confirmo".*
[4] Cerca do ano de 1095, as forças de Raimundo foram atacadas pelos muçulmanos o que implicou a perda da cidade de Lisboa, que era absolutamente fundamental para os esforços que Afonso VI tinha efectuado para manter as fronteiras da chamada Cristandade até à foz do Tejo. A 13 de Novembro daquele ano, Afonso VI havia concedido carta de foral a Santarém, o que favorecia a sua defesa, estratégia que havia de ser repetidamente assumida pelos condes de Portugal.
[5] Paulo Merêa defende, no seu *"De Portucale ao Portugal de D. Henrique",* História e Direito, e ainda *"Escritos Dispersos",* Tomo I, Coimbra, 1967, que terá existido *senhorio hereditário,* entendimento que determinados autores castelhanos não prosseguem, optando pela visão que terá existido *tenência hereditária.*
[6] A 11 de Setembro de 1111, Afonso Raimundes havia sido coroado rei da Galiza.
[7] Bula *Quanti Criminus,* de Novembro de 1114.
[8] Bula *Pro Injuris,* de Novembro de 1114.
[9] Segundo alguns, 1115.
[10] Sobre isto, adensámos alguns comentários em *"Noções e Conceitos Fundamentais de Direito",* QuidJuris, 2007.

A GÉNESE DA POLÍCIA MARÍTIMA

A Polícia Marítima é uma força vocacionada para exercer a autoridade do Estado no mar, particularmente na zona ribeirinha. Embora a sua atuação se faça, hoje em dia, com competências próprias, a sua génese, evolução e constituição estão intimamente ligadas à Marinha. Este artigo descreve o enquadramento histórico e a génese da Polícia Marítima.

A segunda metade do século XVIII e o início do século XIX foram particularmente marcados pelas disputas geoestratégicas entre a Inglaterra e a França. A Inglaterra afirmava-se como a maior potência marítima do mundo, enquanto a França tentava o domínio do espaço territorial europeu e o seu crescimento ultramarino. Nessa época, a Inglaterra e a França disputavam territórios na América do Norte. Os franceses ocupavam o Canadá, os grandes lagos e todo o território central americano, cobrindo o espaço geográfico desde o Quebec à Louisiana, e ao golfo do México. Os ingleses controlavam a Terra Nova, a zona limítrofe da baía de Hudson, parte da Nova Escócia e toda a costa leste, até ao limite norte da península da Florida. A grande disputa iniciou-se no Canadá, tendo os ingleses conseguido ganhar posições importantes, levando os franceses a deslocarem-se para o Quebec, no interior continental. Este conflito, denominado por *guerra dos sete anos*, que decorreu entre 1756 e 1763, estendeu-se ao continente europeu, que se dividiu politicamente em dois grandes blocos de países. De um lado a França, a Áustria, a Suécia, a Rússia e a Espanha, do outro lado a Inglaterra e a Prússia. Estes dois blocos disputaram a inclusão de Portugal nas suas alianças. A opção nacional foi de manutenção da sua neutralidade, mas conservando as relações de amizade estabelecidas há muito com a Inglaterra.

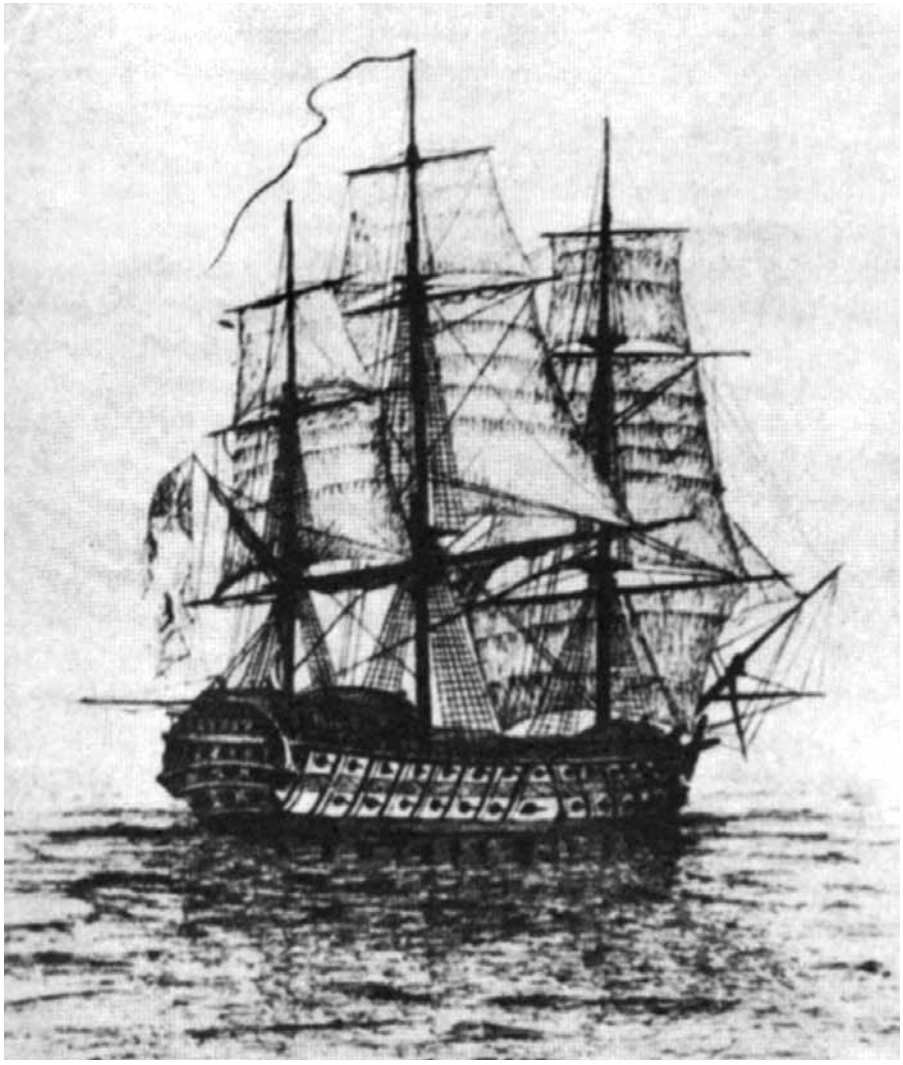


Ocupação da América do Norte entre franceses e ingleses em 1750.

No final do século XVIII a Europa continuava a viver grandes disputas geoestratégicas, com a França de Napoleão Bonaparte a tentar ganhar posições de influência sobre um grande espaço geográfico. Os jogos de alianças decorriam de acordo com a evolução das tropas no terreno, tendo a Espanha alinhado com a França, mantendo Portugal a sua tradicional aliança com a Inglaterra. Foi neste enquadramento que, em 1798 e 1799, uma armada portuguesa, comandada por D. Domingos Xavier de Lima, 7º Marquês de Niza, se combinou, com uma armada de Inglaterra, comandada por Lord Nelson, e atacou, com sucesso, os interesses franceses em Malta e Nápoles.

Em 1801, ainda no âmbito dos conflitos europeus, Napoleão fez um ultimato a Portugal, que implicava o abandono da aliança com a Inglaterra, a abertura dos portos nacionais aos navios franceses e espanhóis, o impedimento de entrada dos navios ingleses nos portos portugueses, a cedência de uma ou mais províncias portuguesas aos espanhóis e, ainda, o pagamento de uma indemnização a franceses e espanhóis pelos prejuízos sofridos, aquando das campanhas do Marquês de Niza e de Lord Nelson, no final do século anterior. Portugal não aceitou estas condições, pelo que foi invadido pela Espanha, dando início a uma guerra que ficou conhecida por *guerra das laranjas*. Foi tomado muito território alentejano, incluindo a vila de Olivença, o que forçou Portugal a voltar à mesa das negociações. Um acordo de paz assinado entre a França e Portugal deu por finda a invasão espanhola, mas manteve-se a exigência de uma elevada indemnização e de cedência de parte do território nacional.

Numa tentativa de manutenção da neutralidade no conflito entre a França e a Inglaterra D. João, o príncipe regente, por



Nau Rainha de Portugal.

decreto de 3 de junho de 1803, determinou que não fossem admitidos nos portos nacionais os corsários dos países beligerantes ou os navios por eles apresados. O acolhimento nos portos nacionais de corsários de nações amigas era prática comum mas, neste caso, seria interpretado pela outra nação como um alinhamento com um seu inimigo, terminando com a apregoada neutralidade. A operacionalização desta determinação levou à constituição da primeira estrutura, ainda que com carácter provisório, de polícia marítima dos portos nacionais.

Logo se percebeu que, para esta função de policiamento a navios corsários, eram necessários meios robustos. Por isso, em agosto de 1803, foi atribuída a missão de policiamento do Porto de Lisboa à nau *Rainha de Portugal*, que era comandada pelo Chefe de Divisão (posto imediatamente superior a capitão-de-mar-e-guerra) Joaquim José Monteiro Torres, que foi o primeiro comandante interino da polícia marítima do Porto de Lisboa. A primeira nomeação oficial para o cargo aconteceria dois anos mais tarde. Assim, o príncipe regente decretou em 16 de Agosto de 1803 que:

*"…**enquanto não mando formalizar um sistema mais amplo de Polícia Marítima para os meus Portos do Continente e Conquistas** sobre permanentes, e inalteráveis princípios, se execute o seguinte no Porto de Lisboa a respeito dos Corsários das Potencias beligerantes, que neste Porto hajam de entrar; o que servirá também de norma, e regulação para o que se deverá observar nos outros Portos dos meus Domínios atentas as circunstâncias locais, e as restrições, que estas exigirem…*

***O Comandante da Nau (que Eu também interinamente Encarrego da Polícia do Porto**) em vendo sinal de Corsário mandará uma Embarcação com um oficial de Patente que abordará o dito Navio…*

***O Comandante da Nau, e Porto**, assim como o da Corveta, enquanto Eu não mandar prescrever Instruções mais amplas, e circunstanciadas para os seus respetivos deveres, **cuidarão em coibir toda a tentativa de contrabando, e de furtos, que se intentar praticar nos Navios fundeados no Rio**"*

A evolução dos acontecimentos políticos e militares europeus, e a determinação nacional de manutenção da neutralidade no conflito, ditaram uma responsabilização maior no bloqueio dos portos nacionais, particularmente do de Lisboa, aos corsários ingleses e franceses. Assim, em 16 de fevereiro de 1805, o príncipe regente nomeou o Vice-almirante António Januário do Valle como Comandante do Porto de Lisboa e encarregou-o de tomar as medidas necessárias para garantir o seu policiamento e bloqueio aos navios estrangeiros dos países em conflito.

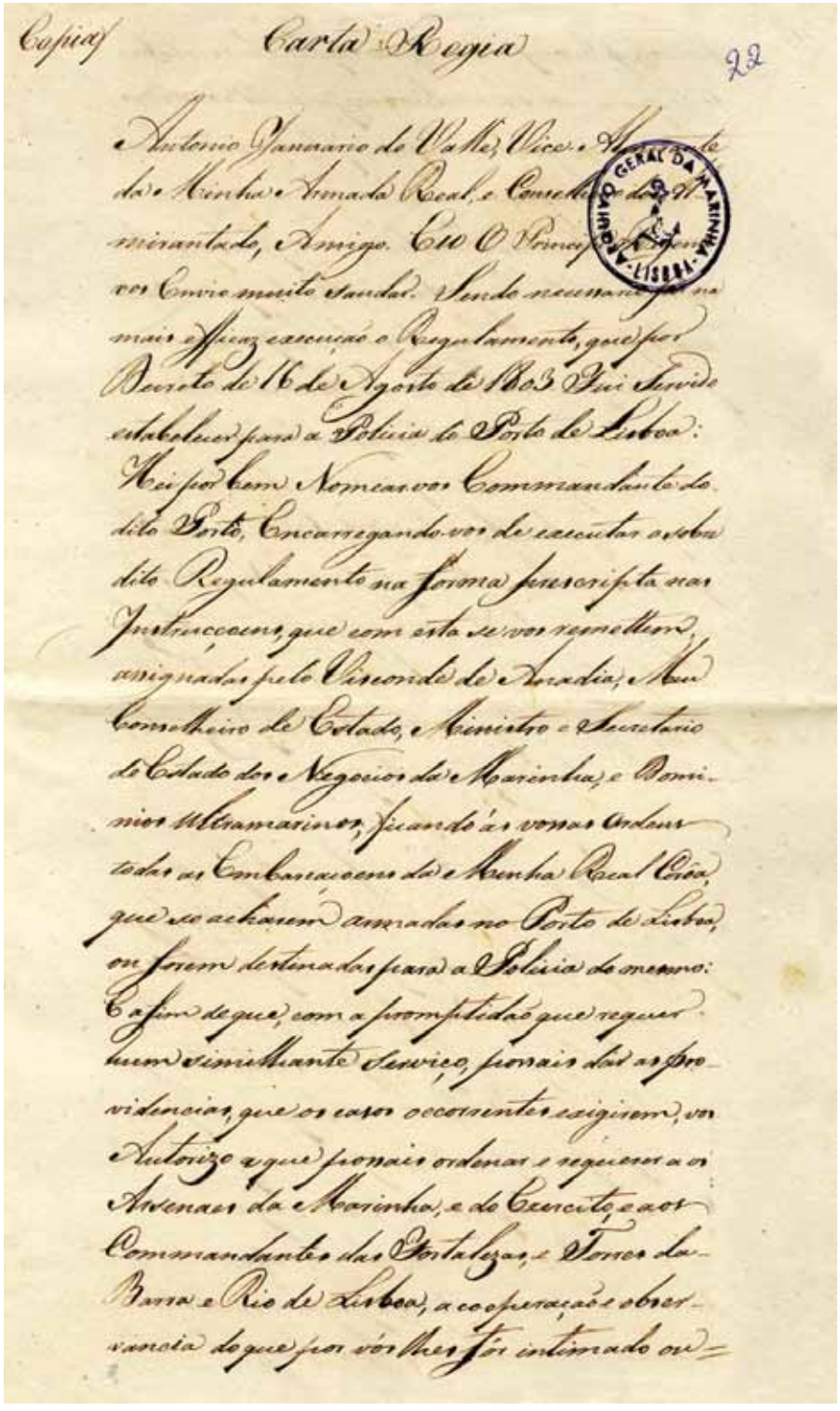
*"**António Januário do Valle Vice-almirante da minha Armada Real e Conselheiro do Almirantado**…sendo necessário pôr na mais eficaz execução o regulamento que por decreto de 16 de Agosto de 1803, fui servido estabelecer para a aproximação do Porto de Lisboa. **Hei por bem nomear-vos Comandante do dito Porto**, encarregando-vos de executar o sobredito regulamento na forma prescrita nas instruções que com esta se vos remetem assinadas pelo Visconde da Anadia, Meu Conselheiro de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, **ficando às vossas ordens todas as embarcações da Minha Real Coroa que se acharem armadas no Porto de Lisboa ou forem destinadas à Polícia do mesmo**. E a fim que com a prontidão que requer um semelhante serviço profiais dar as providencias que os casos ocorrentes exigirem, **vos autorizo a que profiais ordenar e requerer aos Arsenais da Marinha e do Exército e aos comandantes das Fortalezas e Torres da barra e rio de Lisboa, a cooperação e observância do que por vós for intimado**…*

Para comandar em segundo debaixo das vossas ordens e para vos substituir no caso de vos sobrevir algum impedimento, nomeio o Chefe de Esquadra Joaquim José dos Santos Cação…"

Esta carta régia foi acompanhada de instruções complementares sobre a forma como se deveria atuar no policiamento do porto de Lisboa. Estas instruções baseiam-se nas emanadas em 1803, atrás referidas, mas detalham e evoluem na forma e modo de proceder em relação a navios corsários, percebendo-se o desejo de não os hostilizar, mas ao mesmo tempo evitar a sua presença em Lisboa por mais de 24 horas, qualquer que fosse a razão da sua arribada.

Em termos práticos ficou definido que uma corveta, fragatinha ou bergantim da Armada Real ficasse sempre fundeada, pronta a largar, entre a Torre de Belém e S. Julião. Junto à Torre de Belém ficaria igualmente fundeada uma nau de linha, que era um tipo de navio de grande porte e com significativa capacidade combatente, onde estaria embarcado o Comandante do Porto de Lisboa. Estes navios tinham como propósito garantir a neutralidade nacional no conflito europeu, devendo expulsar da costa os navios suspeitos de corso entre a França e Inglaterra.

O Comandante do Porto de Lisboa perante a presença de um navio corsário mandaria um oficial a bordo, juntamente com o escaler da saúde, para recolher as informações sobre a natureza dos motivos que o obrigaram a arribar ao Porto de Lisboa. Após esta diligência, o corsário ficaria à disposição do Comandante do Porto, o qual deveria empregar todos os meios para que aquele navio pudesse reabastecer-se de água, e outras quaisquer necessidades, e largar de Lisboa no prazo máximo de 24 horas. Excecionalmente, no caso de necessidade de reparação de avarias, o Comandante do Porto poderia estender o prazo até 48 horas, mantendo informado o Ministro, Secretário de Estado dos Negócios da Marinha.


Copia

Carta Regia

22

Preâmbulo da carta régia que estabeleceu de forma primária o policiamento marítimo do Porto de Lisboa.

Em todo o caso o Comandante do Porto deveria garantir que os corsários fundeavam o mais próximo possível da sua nau, assegurando maior vigilância sobre qualquer desordem, insubordinação das guarnições, ou conflitos entre corsários de diferentes nações beligerantes. E para garantir a tranquilidade do Porto, o Comandante não devia permitir que qualquer corsário içasse outra bandeira que não a da sua nacionalidade!

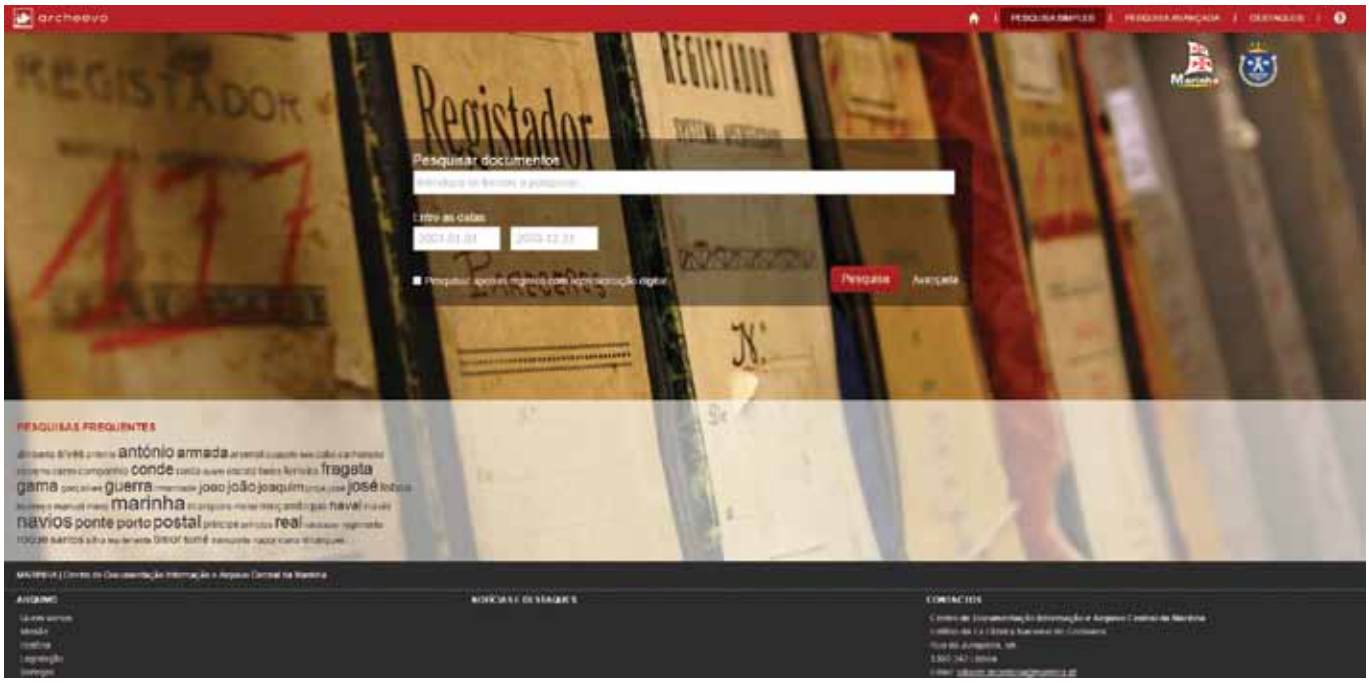
Para além desta tarefa específica no âmbito da conservação da neutralidade nacional, o Comandante do Porto, assim como o da corveta, deviam atuar nos casos de tentativa de contrabando e de furtos que se intentasse praticar nos navios fundeados no rio Tejo.

Ainda no que se refere à autoridade do Estado no mar, por alvará de 4 de maio de 1805 foi oficialmente adotado o alcance em distância do tiro de canhão (cerca de 3 milhas náuticas) como limite do espaço geográfico marítimo, medido desde a linha de costa, controlável a partir de terra. Neste espaço o Estado conseguia, de alguma forma, impor a sua lei pela força, tendo sido designado por mar territorial e a linha limite sido designada por "linha de respeito".

Concluindo, o surgimento do serviço de policiamento marítimo, ainda que com caráter provisório, aconteceu em 1803 como uma medida que visava a manutenção da neutralidade portuguesa no persistente conflito entre a França e a Inglaterra. Este serviço baseava-se na manutenção em permanência de dois navios à entrada do Porto de Lisboa que asseguravam que os corsários destes países não se abrigavam nem vendiam as suas presas em Portugal. Como tarefa secundária, o Comandante do Porto de Lisboa garantia a boa ordem e prevenia o contrabando e os furtos nos navios fundeados no rio Tejo.

Bessa Pacheco
CFR

O CDIACM
A ARQUIVÍSTICA NA MARINHA



As organizações, no decurso da sua atividade, produzem documentos/informação de diversos tipos, seja de apoio à decisão, operacional, probatória ou qualquer outra, que necessitam de armazenamento, seja no curto, médio ou longo prazo.

Para o efeito de preservação da documentação/informação existem os arquivos, que representam a memória das Organizações.

No caso da Marinha, o Sistema de Arquivos é constituído pelos arquivos correntes (produtores e responsáveis pela documentação/informação em fase ativa, de curto/médio prazo) das Unidades, Estabelecimentos e Órgãos (U/E/O), o arquivo intermédio (guarda a documentação/informação em fase semi-ativa, médio prazo) da área de responsabilidade do Centro de Documentação Informação e Arquivo Central da Marinha (CDIACM) que, por sua vez, é um organismo dependente da Superintendência das Tecnologias da Informação (STI), e o Arquivo Histórico (que salvaguarda e valoriza a documentação/informação em fase inativa, de conservação permanente), organicamente dependente da Biblioteca Central da Marinha (BCM - AH).

Ao CDIACM, como organismo de direção técnica para a arquivística na Marinha, compete *"Assegurar o exercício de autoridade técnica no domínio da arquivística e documentação, fixando e difundindo normas de natureza especializada, definindo as condições gerais e especiais da comunicação do património documental sob a sua responsabilidade, e recorrendo preferencialmente aos meios eletrónicos para a sua difusão".*

Para desempenhar as suas funções, o CDIACM dispõe de instalações na Antiga Fábrica Nacional da Cordoaria, onde partilha espaços com a BCM-AH. A sua organização interna é estruturada em três Divisões: A Divisão do Arquivo Intermédio (DAI), a Divisão de Apoio aos Arquivos Correntes (DAAC) e a Divisão de Microfilmagem, Digitalização e Preservação Digital (DMDPD), dispondo de uma lotação de pessoal que compreende 12 elementos, nomeadamente 2 oficiais, 2 sargentos, 3 cabos e 5 civis.

Um dos primeiros desafios que se coloca ao funcionamento de um arquivo, além do correto armazenamento e da necessidade de rápida recuperação da documentação/informação, atendendo a que o espaço de depósito é sempre limitado, é saber quais os prazos a que os documentos devem estar sujeitos, nas várias fases de arquivo (corrente, intermédio), e qual será o posterior destino final (eliminação ou conservação permanente/transferência para o arquivo histórico).

Esta situação foi perfeitamente definida na Portaria de Gestão de Documentos da Marinha (PGD), nº 755/25 outubro de 2010, que engloba o Regulamento de Conservação Arquivística (RCA) e a respetiva Tabela de Seleção Documental (TS), e que se aplica apenas à documentação produzida a partir daquela data. No respeitante à documentação anterior à entrada em vigor da PGD, para se avaliar os prazos a que os documentos devem estar vinculados e o seu destino final, poderá ser efetuada a analogia com o normativo inserto na TS, embora este procedimento requeira uma formalização com alguma complexidade junto da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), com vista à posterior eliminação da documentação não relevante.

Uma correta aplicação da Portaria de Gestão de Documentos traz os seguintes benefícios:

– evita a acumulação de documentos sem interesse administrativo ou histórico, ou seja, reduz a massa documental e liberta

espaço físico nos serviços que os produzem e no arquivo intermédio;

– agiliza a recuperação de informação. Ao dispor mais facilmente das informações necessárias ao seu funcionamento, os organismos irão ganhar mais eficiência no cumprimento da sua missão;

– garante a preservação de documentos com interesse institucional e cria condições para que seja exercido o Direito à Memória, preservando os documentos com interesse para a Marinha e para a História Nacional.

A TS contempla cerca de 1200 séries documentais[1], que compreendem praticamente toda a área de atividades da Marinha. A cada série documental corresponde um código de classificação, e a definição do ciclo de vida dos respetivos documentos.

Outro desafio que se coloca ao Sistema de Arquivos da Marinha é garantir a preservação da documentação que, no caso da Marinha, atendendo ao elevado número de organismos produtores de documentação/informação, é muito elevada. Esta situação implica uma série de ações e procedimentos, nomeadamente a sensibilização das U/E/O, para o seguinte;

– Classificação correta dos documentos (Plano de Classificação de Documentos da Marinha), que é a condição essencial e básica para o funcionamento de todo o Sistema de Arquivos da Marinha;

– Garantir as adequadas condições de armazenamento da sua documentação e efetuar a posterior entrega da mesma no CDIACM.

As questões referidas encontram-se perfeitamente endereçadas, tendo sido produzida diversa doutrina arquivística que, além de ser difundida pelos canais habituais, encontra-se acessível no PMARINTRA, em "Recursos Informacionais – Documentação, Informação e Arquivo".

Relativamente à sensibilização das U/E/O e dos setores da Marinha é da responsabilidade da DAAC do CDIACM, cujos elementos atuam em diversas frentes, nomeadamente na realização de ações de formação na ETNA, na realização de sessões de divulgação junto das diversas entidades e serviços, bem como em visitas de apoio e ações inspetivas.

Outra questão essencial num arquivo é a referente à sua capacidade de expansão, para armazenamento de documentação. Atualmente os arquivos estão concentrados nas instalações da Antiga Fábrica Nacional da Cordoaria. O Arquivo Intermédio do CDIACM e o Arquivo Histórico da Biblioteca Central da Marinha, em conjunto, detêm para cima de 15 km lineares de documentação, tendo-se recebido nos últimos anos, em média, mais de 1300 m lineares por ano, devido a situações pontuais como a receção da documentação do ex-AA, parte do ex-HM, do CNED, etc…

Para precaver áreas de armazenamento de documentação, encontram-se em fase de adaptação a arquivo duas novas salas, cuja capacidade se afigura suficiente para acolher documentação no curto prazo. Para o médio prazo será necessário preparar uma área de expansão com esse objetivo.

Outro dos grandes desafios que se coloca na atualidade ao Sistema de Arquivos da Marinha são os arquivos digitais, atendendo à atual produção de documentação/informação em formato digital, pelo que se torna necessário dispor de um Sistema de Gestão Documental que possibilite preservar e gerir a referida informação.

Atendendo às especificidades dos arquivos, quer o Arquivo Intermédio quer o Arquivo Histórico dispõem dos respetivos Sistemas de Gestão Documental, cujas capacidades começam a ser exploradas para permitir o acesso à informação de forma remota, salvaguardando os documentos originais.

No entanto, os arquivos correntes ainda não dispõem de um Sistema de Gestão Documental, difundido por todas as U/E/O, com os requisitos necessários para capturar toda a informação relevante que é produzida, entre outros documentos, notas, ofícios, mensagens MMHS, e-mail.

Encontra-se em fase de avaliação a utilização de um Sistema de Gestão Documental, por várias entidades da Defesa, aguardando-se uma decisão final quanto à sua adoção.

Por último, um dos maiores desafios dos arquivos digitais é garantir que "*Os documentos em suporte electrónico, aos quais for reconhecido valor arquivístico definido na tabela de seleção, são conservados nesse suporte desde que seja expressa e inequivocamente assegurada a sua preservação, fidedignidade, integridade, autenticidade, durabilidade e acessibilidade*".

Para assegurar a produção e a validação dos documentos em suporte eletrónico, tendo em conta a rápida taxa de obsolescência tecnológica inerente à indústria das TIC, que levanta problemas críticos de preservação de informação, encontra-se em elaboração um Plano de Preservação de Informação Digital.

O referido plano deverá produzir um documento estratégico a ser revisto periodicamente, e que conterá políticas e procedimentos orientados para a constituição de uma estrutura técnica e organizacional, que permita preservar de forma continuada documentos de arquivo eletrónico, através de ações realizadas sobre os objetos digitais que os compõem.

Colaboração do ***CDIACM***

Notas

[1] Série documental – As séries correspondem a unidades arquivísticas constituídas por um conjunto de documentos simples ou compostos a que, originalmente, foi dada uma ordenação sequencial, de acordo com um sistema de recuperação da informação. Em princípio, os documentos de cada série deverão corresponder ao exercício de uma mesma função ou atividade, dentro da mesma área de atuação.

CNOCA

66º FESTIVAL NÁUTICO

Realizaram-se no mês de outubro de 2015 as regatas do 66º Festival Náutico do CNOCA, que se prolongaram por três fins de semana (vela ligeira e vela de cruzeiros).

A 10 de outubro iniciaram-se as regatas de vela ligeira nas classes de *Vaurien, Laser, Snipe, Sharpie* e *Optimist*, nos campos de regatas do mar da Palha. A participação foi bastante numerosa, não obstante as difíceis condições, com a chuva e o vento ao longo dos dois dias. O apoio às regatas dos botes dos fuzileiros constituiu, mais uma vez, um fator primordial na segurança dos velejadores.

No dia 18 de outubro ocorreu a regata de cruzeiro, com largada de Belém e dois percursos distintos para as diferentes classes. Um consistia em rondar a bóia de Barcarena, depois de passar pelo pilar sul da ponte e terminando em Belém. O outro incluía a passagem pelo pilar norte, rodagem a montante da boia cardeal do Alfeite e chegada junto à Associação Naval de Lisboa. A falta de vento não ajudou os velejadores, pelo que houve percursos de quase quatro horas, tendo cruzado a linha de chegada apenas 22 das embarcações participantes. O pódio da primeira classe ANC-A foi para o *Funbel Nacex*; na classe ANC-B, para o *B2*; na classe ANC-D, o *Blangai*; e na classe ANC-E venceu o *Libertino*.

No fim de semana de 24 e 25 de outubro, *teve lugar* o Troféu Conde Martins/Lima Bello, na classe *Snipe* e o *Master´s* de *Snipe*, com a significativa participação de 50 velejadores em 25 embarcações. Decorreu sob condições meteorológicas pouco favoráveis, o que não impediu de ser um dos mais concorridos troféus de *Snipe*, a nível nacional. No dia 24 serviu-se um jantar-convívio na BNL, antecedido de uma visita ao NRP *Sagres* por alguns dos participantes. No domingo, em melhores condições meteorológicas, foram realizadas três regatas, a que se seguiu a cerimónia de entrega de prémios, que contou com a presença dos dois velejadores que dão o nome ao troféu, evocando a primeira vitória portuguesa no Campeonato do Mundo de *Snipe*, em 1953, no Mónaco.

A 31 de outubro, no NRP *Sagres*, atracado na Rocha Conde de Óbidos, ocorreu a cerimónia de entrega dos prémios das regatas do Dia da Marinha 2015 e de algumas das regatas do Festival Náutico. Foi o culminar das atividades do CNOCA e contou com a participação de mais de uma centena de entidades, entre convidados, apoiantes, velejadores e participantes nas regatas. Estiveram presentes o VALM António Rocha Carrilho, em representação do Almirante CEMA, do CALM Bastos Ribeiro, Comandante da EN, para além de anteriores presidentes da direção do CNOCA. A direção do CNOCA agradeceu publicamente à Marinha o apoio continuado que tem prestado ao clube, assim como o facto de ter possibilitado a realização do evento a bordo do NRP *Sagres*, acrescentando um brilho especial à cerimónia. A adesão significativa de elementos da comunidade náutica nacional às ações promovidas é um grande incentivo para que o Clube continue a desenvolver a sua atividade.

DESPORTO ESCOLAR

O CNOCA celebrou no passado dia 7 de outubro de 2015 um protocolo no âmbito do programa do Desporto Escolar com o Centro de Formação Desportiva de Atividades Náuticas da Península de Setúbal, que tem sede no Agrupamento de Escolas da Caparica. Ficou estabelecida a possibilidade de, duas vezes por mês, o CNOCA receber diversos alunos das escolas abrangidas pelo agrupamento para a prática de atividades náuticas, permitindo o contacto com o mar, aprendendo e disfrutando da vela e da canoagem nas suas atividades curriculares.

O Centro de Formação assegura, de acordo com o programa do Desporto Escolar, o enquadramento e orientação técnico-pedagógica dos alunos que integram o grupo de escolas, cabendo ao CNOCA disponibilizar as instalações e as embarcações para as atividades. Este protocolo vigorará até ao final do presente ano letivo. Trata-se de uma forma de abertura e de acolhimento nas instalações do clube de muitos jovens, cujo contacto com esta realidade nem sempre é fácil e, paralelamente, poderem conhecer as instalações da BNL onde os navios da Marinha estão atracados e, quiçá, despertá-los para uma carreira no mar.

*Colaboração do **CNOCA***

LISSA

AGÊNCIA DE DESPACHOS E TRÂNSITOS, LDA.

40 ANOS 1974-2014

QUALIDADE • KNOW-HOW • SEGURANÇA

IATA | Cargo Agent

ANAT Sócio n.º 91

EXCELÊNCIA ANAT

Rua Leopoldo de Almeida, Nº 8A • 1º andar • 1750-138 Lisboa • PORTUGAL
Tel: (+351) 217 520 221 / 3 • **Cell:** (+351) 969826379 | (+351) 969826387 | (+351) 969826388 • **Fax:** (+351) 217 59 68 48
E-mail: geral@lissa.pt • **www.lissa-lda.com**

ESTÓRIAS 19

"HOMENS DO MAR"

Foto do autor

Daquela comissão do NRP *Bartolomeu Dias* (Aviso de 1ª classe) à Índia (1953/1955), não haveria nada de especial a relatar, não fora o caso, felizmente invulgar, de termos tido três Comandantes: Azevedo e Silva, Liberal da Câmara e Gabriel Prior. Se neles a distinção era factor comum, já não o eram as suas personalidades. Ao lembrar uma pessoa, a sua figura, ocorre-nos uma frase, um gesto, uma atitude, uma característica, que fica "arquivada" na nossa memória, que o tempo, inexorável, irá apagando.

Recordo, por exemplo, quando navegando no Mar Vermelho, subira eu à casa da pilotagem e perguntava ao tenente Casqueiro, oficial da navegação, que estava debruçado sobre a carta, onde estávamos. Entrou o nosso Comandante Azevedo e Silva que, logo, apercebendo-se do meu interesse, apontou o local e disse: *"Estamos aqui*!". E fazendo dos dedos indicador e médio compasso, deslizou-os na carta e rematou: *"Às 2 (da manhã) estamos a passar pelo estreito de Bab-el Mandeb"*! Não me deitei e a essa hora lá estavam os vários faróis a "avisar-nos". Entráramos no Índico. Nunca mais esqueci isto. Passados alguns meses fomos a Ceilão levar o nosso Comandante ao aeroporto, onde tomaria um avião para Lisboa. Teve a presença de quase toda a guarnição numa despedida deveras emocionante. Foi como se tivéssemos perdido um pai, um amigo. Soube mais tarde que tinha sido operado nos Estados Unidos e do seu falecimento já em Lisboa.

Em sua substituição, o Comandante Liberal da Câmara. Açoriano ilustre, católico (missa na tolda todos os domingos), transpirava patriotismo, era um sonhador. Ele não dormia. E com o navio fundeado, era vê-lo a qualquer hora, dia ou noite, passeando no convés ou parado, olhando o infinito…

Com o navio pairando em frente de Diu para desembarcar um pequeno contingente de soldados moçambicanos, na sua maioria "Landins" (que se destacavam pelos seus físicos pujantes e que apreciavam, mais do que nós, guarnição, o "tintol do paiol", a que chamavam "Água de Lisboa"), o Comandante foi a terra e fez-se acompanhar de alguns elementos da guarnição para uma visita à fortaleza. Subimos a rampa e já no terraço mirou tudo muito bem. Afagou carinhosamente uma velha peça, sopesou uma bala de pedra e, cuidada e religiosamente, pousou-a no mesmo lugar. Impressionante. À saída, uns passos andados, voltou-se para a fortaleza e, visivelmente emocionado, disse-nos: ***"Realizei o maior sonho da minha vida: Pisar a fortaleza de Diu! Já posso morrer!".*** Ficámos todos em silêncio, perplexos, olhando de soslaio uns para os outros.

Numa altura de alguma tensão com as invasões de "Satyagrahs" (pacíficas, é certo) aos nossos territórios de Diu, Damão, Nagar-Aveli e Goa, e com manobras navais onde entrava, conforme sabíamos, o cruzador *Delhi*[1] e a sua escolta de fragatas, com passagens frequentes ao largo, era natural um certo nervosismo da guarnição, que não do nosso comandante. Certa noite, navegando de Damão rumo a Goa e trazendo a bordo cerca de uma dúzia de "Satyagrahs" lá capturados pela polícia (a bordo foram sempre bem tratados…), trocámos sinais luminosos com uma fragata da marinha da União Indiana. O sinaleiro de quarto recebeu um "K" (do Código Internacional de Sinais, que significa: *Quero comunicar/Quem são?).* "Querem saber o nosso nome", disse o marinheiro sinaleiro. Resposta pronta do Comandante: "HOMENS DO MAR". É sabido que "estas gentes" (leia-se, o gentio indiano) assim classificavam os nossos *marinheiros, fortes e barbudos*, surgidos naquela região aquando das descobertas, pois eram *nascidos do mar.* Assim foi respondido. Evidenciava-se desta forma a coragem, a determinação e o patriotismo do nosso Comandante Liberal da Câmara. A fragata, "devidamente" informada, foi à sua vida.

Eis-nos chegados a Mormugão (mais concretamente a Dona Paula), onde fundeámos. Poucos dias depois, surpreendentemente para a guarnição, que não para o nosso infatigável Imediato CTEN Adelino Vieira e o nosso médico Dr. Leal, toca à faina. Saímos para o mar e após algumas horas de navegação, em pleno Índico, o Comandante Liberal da Câmara realizou o seu outro sonho… morrer no mar, como Afonso de Albuquerque.

…E chegou-nos o nosso terceiro comandante, o CMG Gabriel Prior, que completou a comissão de serviço. E, mal chegados a Lisboa, já sentia saudades… do mar.

Teodoro Ferreira
1TEN SG REF

N.R. *O autor não adota o novo acordo ortográfico.*

Notas

[1] O cruzador *Delhi* era o ex-*Achilles*, neo-zelandês, que com o *Ajax*, o *Cumberland* e o *Exeter*, ingleses, encurralaram o couraçado alemão *Admiral Graf Spee*, no Rio da Prata, Montevideu, Uruguai, em Dezembro de 1939.

VIGIA DA HISTÓRIA 81

PASSAGEIROS INDESEJÁVEIS

DR

Não é esta a primeira vez que aqui se aborda a existência de animais indesejáveis a bordo; estou em crer, aliás, que todos quantos andam no mar já se depararam com a presença, a bordo, de várias espécies dessas criaturas.

Nalguns casos, tal presença apresenta uma regularidade e constância tais que, não raro, alguns adquirem nomes próprios, só lhes faltando terem cartão de detalhe para serem considerados efectivos tripulantes.

Não sendo uma situação que, usualmente, constitua motivo de conversa ou tão-pouco de lamentação, a existência destes passageiros não é do conhecimento geral da população.

Que eu saiba, uma das poucas vezes em que o assunto teve divulgação generalizada ficou a dever-se ao escritor Ramalho Ortigão que, num dos volumes d'*As Farpas*, o abordou.

Corria então o ano de 1872 e a corveta *D. João I*, navio construído em Damão, em 1828, com recurso a muitos materiais resultantes do abate da corveta *Infante D. Manuel*, ia seguir para uma viagem de curso de 15 guardas-marinhas, viagem essa que tinha como destinos a Madeira, Cabo Verde, Angola, Cabo da Boa Esperança e Açores.

Ramalho Ortigão, ou porque lhe disseram ou porque assistiu *in loco*, começa por se manifestar espantado com as péssimas condições de alojamento dos guardas-marinhas a bordo, espanto esse que, digo eu, só poderá ter quem nunca teve de embarcar em número muito superior à capacidade de alojamento dos navios.

O que mais o impressionou, no entanto, fora a constatação de que o navio era "um assombroso viveiro de baratas" em número de tal forma grande que, acreditava aquele autor, se por fantasia desaparecessem todas as baratas do mundo, o número delas a bordo da corveta era suficiente para um novo repovoamento da espécie no planeta.

Ramalho Ortigão duvidava mesmo que as baratas, que classificava como pertencente a uma nova espécie, a barata D. João I, pudessem ser classificadas como baratas pois, devido ao seu tamanho, mais deveriam ser classificadas como reses, sendo que as mais pequenas tinham entre 4 a 5 cm de comprido e, na sua grande maioria, até dispunham de asas.

Afirmava ainda que, para além de um cheiro nauseabundo, as baratas apresentavam o vigor dos tigres, a vileza das moscas e a infâmia dos percevejos, acrescentando que não seria de excluir a possibilidade, bem presente, dos tripulantes serem por elas comidos.

O artigo lamentando a situação termina desta forma:

"Se algum resto de tradição, de história, de valor existe vivo em Portugal essa pequena amostra do que foi um tesouro desbaratado e extinto é a Marinha que o guarda."

Com. E. Gomes

Notas

Nota: A viagem não correu como estava planeada pois o navio, comandado pelo Capitão-Tenente Augusto Victor de Andrade, não chegou a escalar a Madeira, arribou a Cabo Verde e veio a ficar em Luanda, onde, em 1874, foi abatido. No relato de episódios da viagem que Celestino Soares, um dos guardas-marinhas, deixou escrito nas Narrativas Navais, não consta que, contrariamente aos temores de Ramalho Ortigão, algum tripulante tivesse sido comido.

Fonte: As Farpas, Novembro de 1872
Três Séculos no Mar, vol. 13

N.R. *O autor não adota o novo acordo ortográfico.*

NOVAS HISTÓRIAS DA BOTICA 50

PARA NOSSA GLÓRIA...

...Ainda consigo lembrar-me de tudo o que sucedeu naquele ano, até ao mais pequeno pormenor. Recordo-o várias vezes, dando-lhe vida de novo, e percebo que quando o faço sinto sempre uma estranha combinação de tristeza e alegria...

In Um Momento Inesquecível, Nicholas Sparks, 1999

Fui, nas férias letivas do Natal, para Lagos. Cidade antiga, ainda preservada, que tenho no coração. Visitei alguns amigos, novos e velhos, antigos marinheiros, que comigo partilham a afeição àquela cidade. Para mais, muitos não o sabem, a messe Militar de Lagos é agora dirigida por um Oficial de Marinha – uma boa novidade, imposta pelos tempos modernos que se pautam pela partilha.

Encontrei um camarada de curso, sim, da Faculdade de Medicina, e lembrei-me de imediato do tempo partilhado nos bancos da Faculdade, dos exames e de tudo o mais que marca um processo académico. Ele seguiu a carreira médica civil, como especialista dos hospitais. Apresenta agora muitas queixas, neste tempo de crise: sobrecarga de trabalho, gestão sem humanidade, enfim, redução acentuada da satisfação e do retorno económico... Parecia cansado...

Ao contrário, referiu que eu parecia feliz, mais calmo, do que a memória dele recordava como recordação minha. Inquiriu sobre o que estava eu a fazer neste momento. Disse-lhe que frequentava um curso para promoção e que, portanto, estava mais afastado da realidade hospitalar. Perguntou-me, naturalmente, se o curso era para médicos? Expliquei-lhe que não, que havia Oficiais dos três ramos, das mais variadas especialidades, desde Oficiais de Cavalaria, do Exército Português, até Oficiais Pilotos, da Força Aérea, passando pelas várias classes da Marinha...

Sorriu e quis saber mais sobre o currículo do curso. Lá lhe expliquei que se tratava de um curso vocacionado para os cargos mais altos das Forças Armadas, que incluía temas de Economia, Gestão, Estratégia e alguns outros temas difíceis de enquadrar, mas úteis para cultura geral, ou para um melhor entendimento da realidade portuguesa e internacional.

Saiu-lhe então a frase que se me entranhou na alma:

-É pá, tu já és mais marinheiro do que médico?!

Desta vez fui eu que sorri. Mas não disse nada. Lá no fundo, contudo, achei que a imagem se aproximava um pouco daquilo que realmente sou... Despedimo-nos com a promessa de nos voltarmos a encontrar dali a algum tempo...

Num outro dia, encontrei, casualmente, um Médico Naval que vai abandonar as fileiras. Sinto-me triste sempre que alguém sai das fileiras dos Médicos Navais. Ficamos mais pobres em vários sentidos, já que somos poucos e todos são necessários, especialmente no enquadramento que agora se vive...

Foi então que juntei as duas emoções: a recordação do meu curso (em que era civil) e a saída atual de médicos jovens e capazes. Lembrei-me então do livro acima citado e tentei perceber quando é que na carreira passamos de médicos a marinheiros, ou, se quiser o leitor, mais precisamente a médicos-marinheiros...

Meditei, meditei e cheguei à conclusão que tem que ser uma experiência emocional. Foram um conjunto de experiências (a maior parte a bordo dos navios), a relação especial que temos com os nossos doentes e a própria cultura inclusiva da Marinha. Isto mesmo posso constatar nas picardias a que sou sujeito pelos camaradas de Marinha, com que agora partilho a carteira, como se de um código muito especial se tratasse...

De muitos episódios navais, tenho também "uma estranha combinação de tristeza e alegria"... Alegria pela bela recordação...Saudade, por um tempo antigo, irrepetível. Talvez seja esta combinação que nos facilita a passagem ao desiderato de marinheiros...

Aqui está um tema muito interessante para um "Trabalho Individual"... Contudo, a adaptação é outra característica dos militares e vou ouvindo as Teorias de Mintzberg, informações sobre a Marinha de Comércio (...percebi que já não se deve usar o termo "Marinha Mercante"), vou conhecendo evoluções culturais relacionadas com a cibercultura e tento imaginar o papel abrangente que se vai ter que exigir aos militares do futuro...

De toda a forma, percebo, desde já, que a característica principal dos médicos marinheiros se descreve como uma ligação, íntima, sentimental, à instituição que representam e uma certa noção muito própria de humanidade que ela representa. Esta ligação emocional profunda e, para nossa glória, uma extraordinária capacidade de adaptação (...ao embarque, uma realidade complexa e exigente...) são parte integrante do tirocínio do médico que aspira a marinheiro...

Oxalá pudesse eu transmitir esta realidade aos médicos que agora partem e a tantos que não nos percebem... Para nossa glória, finalmente admito que nunca devemos perder o Norte, a nossa forma naval de estar. A nossa paixão...

Doc

SAÚDE PARA TODOS 32

HIPERPLASIA BENIGNA DA PRÓSTATA

A próstata é uma glândula sexual masculina cuja função é produzir o líquido prostático, um dos constituintes do esperma. Está também envolvida no metabolismo da testosterona. A próstata situa-se abaixo da bexiga e é atravessada pela uretra, o canal que conduz para fora a urina que se acumula na bexiga. No adulto, apresenta o tamanho aproximado de uma noz e um peso de 20 gramas. Acontece que, após os 40 anos de idade, esta glândula, devido ao envelhecimento e às alterações hormonais que surgem nessa altura da vida, começa a sofrer um crescimento progressivo do seu número de células, levando ao aumento do seu volume e do seu peso (cerca de 0,4 gr/ano). Este aumento fisiológico do tamanho da próstata, também chamado de hiperplasia da próstata, é uma situação benigna que apenas carece de tratamento quando origina sintomas – o que pode acontecer se o aumento da glândula chegar ao ponto de causar um estreitamento na uretra, dificultando a passagem da urina e o próprio funcionamento da bexiga. A Associação Portuguesa de Urologia aponta para 70% o número de homens portugueses com 60 anos de idade com hiperplasia benigna da próstata (HBP), sendo que cerca de 30% necessitam de tratamento.

MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS

Os sintomas surgem de forma lenta e progressiva após os 40 anos de idade. À medida que a próstata vai aumentando o seu volume, vai comprimindo a uretra - que passa no seu interior – fazendo com que haja uma obstrução parcial no trajeto urinário logo abaixo da bexiga. Ao impedir a saída normal da urina, a bexiga não se esvazia totalmente ao longo de cada micção e, portanto, a urina vai-se acumulando na bexiga. A retenção urinária vai sendo progressivamente mais grave.

Inicialmente, o doente apercebe-se de um aumento da frequência das micções (polaquiúria), particularmente durante a noite (já que os obriga a levantar), sendo o volume e a força da micção cada vez mais reduzidas. O trajeto do jato urinário vai-se tornando vertical (em vez da habitual forma de arco) e intermitente. O final da micção começa a ser um gotejar lento e prolongado. Pode acontecer existir dor ou ardor durante a micção, particularmente na primeira urina da manhã (normalmente a mais abundante).

Em fases mais adiantadas da doença, quando a obstrução urinária é maior, a bexiga está permanentemente repleta de urina, pelo que o doente sente desejo permanente de urinar (mesmo após as micções!). Os músculos da bexiga nesta fase estão constantemente distendidos e, como tal, vão perdendo a sua capacidade de contrair. É nesta fase que surge a incontinência urinária. Esta é uma situação paradoxal pois o doente não consegue urinar de forma voluntária (devido à obstrução da uretra e a perda de contração dos músculos), contudo por estar tão cheia, a bexiga começa a perder urina involuntariamente, particularmente após tossir e durante a noite.

COMPLICAÇÕES

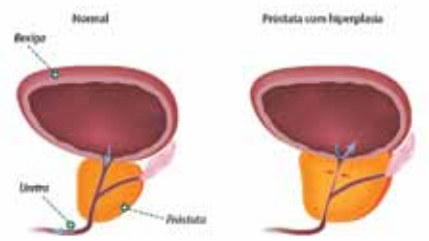
A longo prazo, se não tratada, a HBP pode levar a isolamento social e depressão. Pode também levar a complicações do sistema urinário, tais como:

- Infeções urinárias de repetição (por proliferação das bactérias na urina acumulada);
- Lítiase urinária (formação de pedras na bexiga ou ureteres devido à cristalização dos sais contidos na urina acumulada);
- Obstrução total da uretra (nesta altura não há qualquer saída voluntária ou involuntária de urina pelo que o doente acumula toda a urina na bexiga e a montante - a retenção urinária aguda é uma situação de urgência pelo que o doente deve recorrer rapidamente a um serviço de urgência para ser algaliado);
- Insuficiência renal (a retenção da urina, as infeções e a litíase urinária podem acabar por alterar o tecido renal e, como tal, o rim deixa de funcionar normalmente).

DIAGNÓSTICO

Como noutras situações clínicas, é importante haver um diagnóstico precoce, pelo que o doente deve dirigir-se ao seu médico assistente ou urologista assim que deteta alterações urinárias. Na consulta será realizada uma história clínica e um exame físico completo, de forma a excluir outras doenças que podem dar queixas semelhantes à HBP, tais como o cancro da próstata ou da bexiga, a estenose uretral ou as alterações da contração da bexiga (secundárias a esclerose múltipla, doença de Parkinson, após AVC, diabetes *mellitus*, entre outros). No exame objetivo dirigido à próstata destaca-se a importância do toque retal, através do qual o médico pode avaliar diversos aspetos da próstata: volume, consistência, nódulos, limites, sensibilidade.

De acordo com a situação clínica, o médico pode solicitar alguns exames complementares para fazer a confirmação do diagnóstico. Os mais frequentes são o PSA (Antigénio Específico da Próstata) e a ecografia prostática. Para perceber o grau de evolução da doença também pode ser solicitado um estudo da bexiga e dos rins, particularmente através de análises ao sangue e urina, ecografia vesical e renal, urofluxometria, urodinâmica, uretrocistoscopia e uretrocistografia. Se houver dúvida entre doença benigna ou maligna, pode ser necessário efetuar uma biópsia da próstata.



TRATAMENTO

Por ser uma doença benigna, a HBP só é tratada quando o doente tem queixas ou quando existem complicações. De salientar que o tamanho da próstata, por maior que seja, não é um indicativo de que os sintomas serão piores. Alguns homens com próstatas ligeiramente aumentadas apresentam sintomas significativos, enquanto que outros homens com próstatas muito aumentadas têm sintomas urinários pequenos. De acordo com a norma número 048/2011 da Direção Geral de Saúde, se os sintomas forem discretos deve iniciar-se o tratamento com alterações no estilo de vida: reduzir a ingestão de líquidos após o jantar ou em situações em que se preveja um acesso difícil a casas de banho (cuidado para manter ingesta de 1,5L água/dia), esvaziar a bexiga regularmente, evitar ingerir café/álcool/citrinos/alimentos muito condimentados, efetuar a micção com técnicas de relaxamento perineal e espremer a uretra no final da micção para evitar o gotejo terminal. Caso os sintomas sejam moderados ou graves, existem três grupos de medicamentos que podem ser utilizados: alfa-bloqueantes, inibidores da 5-alfa redutase e os extratos de plantas – fitoterapia. Quando a medicação não é suficiente para reverter os sintomas, ou quando existem complicações da doença, habitualmente o tratamento é cirúrgico: por via "aberta" ou via endoscópica transuretral é removida parte da próstata que está a causar a obstrução.

Ana Cristina Pratas
1TEN MN
www.facebook.com/participanosaudeparatodos
saudeparatodos@outlook.pt

DESPORTO

ATIVIDADES DESPORTIVAS DE NATAL 2015

Além das habituais festas de Natal características do período festivo, realizadas nas diversas Unidades da Marinha, também os Serviços/Secções de Educação Física honraram a tradição, promovendo eventos desportivos com o objetivo de celebrar a época natalícia, fomentar a atividade física e promover o convívio entre a família da Marinha.

O *cross* de Natal, também conhecido como a "Corrida do Bacalhau" ou "Corrida do Peru", é um dos eventos mais tradicionais que marcam esta época festiva e que, em 2015, foi organizado por três Unidades: Base Naval de Lisboa, Escola Naval e Escola de Tecnologias Navais.

No dia 18 de dezembro, a Base Naval de Lisboa e a Escola de Tecnologias Navais realizaram os seus *crosses* com 22 e 63 participantes respetivamente. Em cada escalão, foi entregue um bacalhau ao vencedor, um bolo-rei ao 2º classificado e uma garrafa de vinho do Porto ao 3º classificado.

Na Escola Naval, o *cross* realizou-se no dia 17 de dezembro, com 212 participantes. Além dos tradicionais prémios, foi também sorteado um peru por todos os participantes.

A Unidade de Apoio às Instalações Centrais da Marinha promoveu uma Corrida Solidária, num percurso entre a Avenida da Ribeira das Naus e a Capitania do Porto de Lisboa, no dia 17 de dezembro, com 86 participantes. Este evento teve como objetivo a recolha de géneros alimentares, entregues na Direção de Apoio Social para apoio das famílias carenciadas da Marinha.

O Comando do Corpo de Fuzileiros realizou a tradicional Estafeta de Natal, no dia 11 de dezembro, com partida da Base de Fuzileiros e chegada à Escola de Fuzileiros, que contou com 110 participantes. A unidade vencedora foi o DAE.

VENCEDORES

BNL
I Escalão – 2MAR MS Almeida (NRP *António Enes*)
II Escalão – 1SAR MQ Pereira (NRP *Dragão*)
III Escalão – 1SAR C Almeida (NRP *Álvares Cabral*)
IV Escalão – CAB CM Rodrigues (EEO)
V Escalão – SAJ CM Santos (DA)
Escalão Feminino – 1SAR L Joana Soares (ES)

EN
I Escalão – CAD FZ Gonçalves Rodrigues
II Escalão – 2TEN ST-ERH Anjos Fragoso
III Escalão – 1SAR MQ Soares Martinho
IV Escalão – CAB A Santos Almeida
V Escalão – CMG Augusto Silveira
Escalão Feminino – CAD AN Gomes Diogo

ETNA
Escalão Masculino – SOL SHS Tavares (formando da FAP)
Escalão Feminino – 1TEN AN Sandra Cruz da Conceição

Colaboração do ***CEFA***

QUARTO DE FOLGA

JOGUEMOS O BRIDGE

Problema nº 190

	NORTE (N)	
	♠ DV6 ♥ 42 ♦ A103 ♣ 97643	
OESTE (W)		ESTE (E)
♠ 43 ♥ V1098 7 ♦ D64 ♣ AR5		♠ 10985 2 ♥ 65 ♦ V872 ♣ D2
	SUL (S)	
	♠ AR7 ♥ ARD3 ♦ R95 ♣ V108	

E –W vuln. S abre em 2ST e N fecha em 3 com os seus 7 pontos, recebendo a saída a ♥V. Analise as 4 mãos e escolha a linha em que gostaria de estar sentado para marcar pontos para a sua coluna.

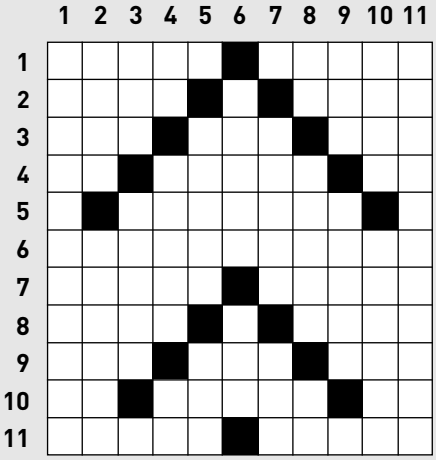
SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 190

A escolha da linha N-S é a correta, porquanto S cumprin o contrato apesar de só ter 8 vazas rápidas (3♠+3♥+2♦). Como é fácil de constatar a 9ª vaza terá de ser encontrada em ♣, pois a defesa não irá facilitar jogando ♦, e S nada ganha procurando-a nesse naipe. Todavia, apurar um ♣ não parece fácil porquanto tem de dar ARD e cada vez que jogar o naipe receberá o ataque a ♥, acabando por ter de dar 2♥+3♣ para 1 cabide. A maneira de o evitar está na 1ª vaza, deixando-a fazer e pegando só à 2ª (jogada chave), o que irá impedir o ataque de E ao naipe quando fizer D♣, pois só tem 2 cartas. Vejamos então o desenvolvimento: S faz a 2ª ♥ de A e joga V♣ para a D de E que terá de atacar ♠ para não mexer em ♦; faz de A e joga 10♣ para W que continuará com ♥, pois só tem mais 1♣ e com ♦ dará uma vaza; faz de R e joga outro ♣ sem qualquer problema, libertando o naipe e encontrando assim a vaza que lhe falta.

Nunes Marques
CALM AN

PALAVRAS CRUZADAS

Problema nº 173



HORIZONTAIS: 1 – Nivelar com a rasoira; região da Europa antiga. 2 – Cidade de Espanha; destruidor. 3 – Novo (Pref.); três de rédea; ice. 4 – Artº. masc. plural; olvidei; grito de dor. 5 – Afastara para o mar largo. 6 – Estômago dos ruminantes. 7 – Humilha; nisto na confusão. 8 – Grampo; falta uma para ser veado (na confusão). 9 – Três romanos; altar; rata. 10 – Aspecto; falta uma para ser arcete; no princípio e no fim de lar. 11 – O mais ilustre dos profetas persas, autor do Jardim das Rosas; espécie de palmeira da África e da América, de que se tiram fibras muito sólidas.

VERTICAIS: 1 – Epistáxis. 2 – Deus da mit. grega, identificado com o deus Marte dos romanos; cid. e munic. do est. da Baía, Brasil. 3 – Transpiro; no princípio de amativo. 4 – Duas de Ana; olvido; entrega (Inv.). 5 – Desprenda-se; cólera (Inv.). 6 – Antiga medida agrária; heroína francesa (Ap.). 7 – Feixe; ontem. 8 – Símb. quím. do érbio; irada; basta. 9 – Produz som; criador. 10 – Rio da Ásia setentrional, que separa a Manchúria da Coreia; cidade de Itália, perto de Turim. 11 – Mulher que trabalha na apanha da azeitona, ou que vende azeitonas.

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 173

HORIZONTAIS: 1 – RAZAR; MESIA. 2 – IRUN; ROAZ. 3 – NEO; EEA; ALE. 4 – OS; OMITI; UI.S – AMARARA. 6 – RUMINA-DOURO. 7 – ABATE; OSTIN. 8 – GATO; AOVE. 9 – III; ARA; ROI. 10 – AR; ARCET; LR. 11 – SAADI; RAFIA.
VERTICAIS: 1 – RINORRAGIAS. 2 – ARES; UBAIRA. 3 – SUO; AMATI. 4 – AN; OMITO; AD. 5 – EMANE; ARI. 6 – JEIRA; ARC. 7 – ATADO; AER. 8 – ER; IROSA; TA. 9 – SOA; AUTOR. 10 – IALU; RIVOLI. 11 – AZEITONEIRA.

Carmo Pinto
1TEN

SUDOKU

Problema nº 22

FÁCIL

	5	2	9			7		1
						4	2	
		3	8	4			6	5
				8	1		9	
	3	7	2		6	8	1	
	1		4	3				
2	8			9	4	6		
	9	5						
7		6			8	1	3	

DIFÍCIL

3		5					4	
					5	1		2
			4		7		3	
	4		2	8		9		
				5				
		2		7	3		1	
	6		1		9			
2		3	5					
	9					2		4

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 22

FÁCIL

7	4	6	5	2	8	1	3	9
3	9	5	6	1	7	2	4	8
2	8	1	3	9	4	6	5	7
5	1	8	4	3	9	2	7	6
9	3	7	2	5	6	8	1	4
6	2	4	7	8	1	5	9	3
1	7	3	8	4	2	9	6	5
8	6	9	1	7	5	4	2	3
4	5	2	9	6	3	7	8	1

DIFÍCIL

3	1	5	8	6	2	7	4	9
7	8	4	3	9	5	1	6	2
9	2	6	4	1	7	5	3	8
6	4	7	2	8	1	9	5	3
2	7	3	5	4	8	6	9	1
4	6	8	1	2	9	3	7	5
8	5	2	9	7	3	4	1	6
1	3	9	6	5	4	8	2	7
5	9	1	7	3	6	2	8	4

NOTÍCIAS PESSOAIS

COMANDOS E CARGOS

• CFR Nuno Miguel Castro Guimarães Palmeiro Ribeiro, Direção-Geral de Política de Defesa Nacional.

RESERVA

• SMOR MQ Luís Filipe Baptista Canceiro • SMOR V João José Ribeiro Ferreira da Costa • SCH M Fernando Pilartes da Silva • SAJ A António José Ventura de Almeida • 1SAR FZ Manuel de Jesus da Silva • CAB CM Manuel António Galito da Silva.

FALECIDOS

• 40261 CMG M REF Manuel Maria de Meneses Pinto Machado • 35560 CFR M REF José Alberto de Milharadas Pedro • 119950 CFR SEE REF José Frade de Almeida • 467157 1TEN OTT REF António Luís Duarte • 373954 SMOR CM REF Joaquim Guerreiro Emídio • 487557 SMOR TRC REF José Trindade Dias Galvão • 108475 SAJ L REF Adriano Fernandes de Sousa • 174047 SAJ CE REF José Lenine Alves de Almeida • 318853 SAJ SE REF Jaime da Conceição Paulino • 294441 1SAR A REF Sebastião dos Santos Alves • 298352 1SAR C REF Amílcar da Graça Valente • 332345 1SAR MQ REF António José da Luz • 439456 1SAR L REF Henrique Manuel Ferreira Saraiva • 1107863 2SAR FZ DFA REF Raúl de Almeida Viegas • 558559 2SAR FZG/DFA Ilídio Joaquim Portas Serrano • 159272 CAB FZV REF Fernando Manuel Torpes dos Reis • 263973 CAB CM REF Alexandre dos Santos Pereira • 724782 CAB FZ ATI António José Mesquita • 261488 CAB A ATI Armando Manuel Carvalho de Sousa • 586659 1MAR TFH REF Ilídio José Borges • 34001349 Patrão Costa QPMM REF Joaquim Fernandes de Paula • 36005747 FAROL 2CL QPMM REF Hélder da Cruz Mendonça.

SAIBAM TODOS

ALTERAÇÃO DE NIB EM IBAN

Pelo Decreto-Lei n.º 141/2013 de 18 de outubro, foram consagradas "as medidas nacionais necessárias à efetivação do disposto no Regulamento (EU) nº 260/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de março de 2012 (Regulamento), que estabelece requisitos técnicos e de negócio para as transferências a crédito e os débitos diretos em euros e que altera o Regulamento da Comunidade Europeia (CE) nº 924/2009". Os beneficiários, de forma geral, não precisam de se preocupar, uma vez que a base de dados já atualizou automaticamente o NIB, transformando-o em IBAN, pois basta anteceder esse número de "PT50". Deste modo, não é necessário enviarem essa informação para a DAS. Todavia, beneficiários com contas em bancos de expressão nacional reduzida ("Deutsche Bank", por exemplo) ou em agências no estrangeiro, poderão confirmar junto da DAS, através dos contactos habituais, da necessidade, ou não, de proceder ao envio de informação complementar.

RENOVAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS CARTÕES

- Os cartões BP vão ser revalidados no mês de fevereiro apenas para os beneficiários que tenham utilizado os mesmos durante os últimos três meses. Os restantes beneficiários terão de solicitar novo cartão.
- Para os beneficiários colocados em unidades de Marinha os cartões serão enviados para as respetivas secretarias.
- Para os restantes e para aqueles em situação de reserva ou reforma o cartão ficará disponível na DAS.
- O combustível "ultimate" passa a ter um desconto de 0,8 cêntimos/litro.

CONVÍVIO

10ª INCORPORAÇÃO DE 1994 | 21º ANIVERSÁRIO

Realizou-se no dia 5 de dezembro, o 1º almoço comemorativo do 21º aniversário da 10ª incorporação de 1994.

O almoço teve lugar no restaurante "Quinta dos Noivos", em Fernão Ferro, no qual estiveram presentes cerca de 45 militares, maioritariamente do sexo feminino, pois a 10º incorporação de 1994 coincide com a 3ª incorporação de militares do sexo feminino na Armada.

O convívio decorreu com muita animação, companheirismo e amizade, evidenciando o reencontro e reforço dos sólidos laços de amizade e o reconhecimento do orgulho pelo ingresso na Marinha Portuguesa. Partido o bolo de aniversário, ficou a promessa da realização de novo encontro.

SÍMBOLOS HERÁLDICOS

CAPITANIA DO PORTO DE PENICHE

DESCRIÇÃO HERÁLDICA

Escudo burelado em onda de verde e prata, mantelado à dextra de vermelho com duas chaves de ouro passadas em aspa sobre uma espada abatida em pala do mesmo, e de prata à sinistra com uma âncora de vermelho. Coronel naval de ouro forrado de vermelho. Sotoposto listel ondulado de prata com a legenda em letras negras maiúsculas, tipo elzevir, «CAPITANIA DO PORTO DE PENICHE».

SIMBOLOGIA

A chave e a espada são, respetivamente, os símbolos de S. Pedro e S. Paulo, elementos que se encontram presentes no brasão municipal de Peniche. O ondado de prata e verde simboliza o mar e a âncora é sinónimo de perseverança, firmeza e segurança, que sublinham a ligação ao mar e à Autoridade Marítima.

* Brasão adaptado a partir de um original da autoria do mestre Bénard Guedes (1931-2012).

SÍMBOLOS HERÁLDICOS

CAPITANIA DO PORTO DE OLHÃO

DESCRIÇÃO HERÁLDICA

Escudo de prata com um leão de azul, animado, armado e lampassado de vermelho, segurando nas garras uma espada antiga de vermelho, envolvida por uma coroa de louros de verde. Em orla uma corda de vermelho, ancorada e contra ancorada do mesmo. Coronel naval de ouro forrado de vermelho. Sotoposto listel ondulado de prata com a legenda em letras negras maiúsculas, tipo elzevir, «CAPITANIA DO PORTO DE OLHÃO».

SIMBOLOGIA

O leão, a espada e a coroa de louros são símbolos do brasão municipal de Olhão, aludindo ao comportamento heroico dos seus habitantes durante as invasões francesas. As âncoras são sinónimo de perseverança, firmeza e segurança, que em conjunto com a corda sublinham a ligação ao mar e à Autoridade Marítima.

* Brasão adaptado a partir de um original da autoria do mestre Bénard Guedes (1931-2012).